

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob  
Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara**

**Carlos Fernando de Quadros**

**Porto Alegre**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de  
Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara**

**Carlos Fernando de Quadros**

Monografia apresentada junto ao curso de Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sílvia Regina Ferraz Petersen.

**Porto Alegre**

**2011**

Carlos Fernando de Quadros

**A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de  
Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Regina Ferraz Petersen.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Sílvia Regina Ferraz Petersen – (Orientadora) – UFRGS

---

Benito Bisso Schmidt – UFRGS

---

Regina Célia de Lima Xavier – UFRGS

Porto Alegre, 2011.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos meus pais. Sem seus esforços e apoio (de todo o tipo), certamente não estaria aqui agora.

À professora Sílvia Petersen, minha orientadora tanto neste TCC quanto na minha bolsa de iniciação científica. Aprendi com ela a importância do rigor e dedicação nos estudos, bem como da necessidade que o historiador tem de romper com a visão aparente. Suas indicações bibliográficas, orientação cuidadosa e sua justa cobrança – bem como as suas dicas de formatação de textos – em muito me enriqueceram, mostrando-me o exemplo de profissional em História que um dia almejo ser. Meu muito obrigado!

Aos membros da banca: o professor Benito Schmidt, que com seu rigor, seriedade e cobrança muito contribuiu na execução deste trabalho, quando fui seu aluno. À professora Regina Xavier, de quem não fui aluno (infelizmente), mas que gentilmente ajudou com importantes dados que me ajudaram a pensar e produzir esta pesquisa.

Aos meus colegas de curso, com quem “muitas experiências partilhei”, das aulas e deveres acadêmicos aos momentos de festividade, recreação e lazer resultantes de tal relação. Citarei nominalmente dois que muito contribuíram na minha trajetória: Marcelo Kochenborger Scarparo, dos primeiros colegas com quem conversei, entre as divergências teóricas (já não tão existentes quanto antes) e as convergências musicais, tenho a certeza de que muito aprendi em seu convívio, no qual pude desfrutar de debates sempre produtivos; Eduardo Holderle Peruzzo, dos últimos colegas de que me aproximei e criei forte amizade, entre as convergências teóricas e as divergências musicais, percebi um legítimo combatente pela História, companheiro para discussões de nível sempre elevado, orientado intelectualmente pelo que de melhor há no conhecimento histórico, sempre apto a defender nossa amada (e importante) ciência de toda sorte de ataques e descasos.

À Grazielle Corso, que sempre foi ótima companhia para momentos de diversão e bastante paciente com todas as peculiaridades pessoais minhas decorrentes da conclusão de uma graduação.

Àqueles e aquelas que não foram citados (porém não esquecidos, apenas vítimas da “economia de espaço”), e certamente ajudaram na execução deste TCC e na formação deste historiador.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| Introdução.....  | 5         |
| <b>1. O acontecido e seu conhecimento: algumas questões sobre as mediações que ocorrem na produção do conhecimento histórico.....</b>  | <b>10</b> |
| 1.1 A mediação do historiador na produção do conhecimento histórico.....   | 11        |
| 1.2 Condicionantes sócio-político-culturais, vontades e escolhas dos historiadores: as mudanças temáticas e teóricas do conhecimento histórico como fenômenos sociais.....   | 14        |
| <b>2. Os historiadores, o contexto sócio-político e os enfoques teóricos mediadores da produção do conhecimento: a polêmica interpretativa sobre a escravidão brasileira envolvendo Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara.....</b> | <b>20</b> |
| 2.1 Os sujeitos que escrevem a história: Jacob Gorender, Silvia Lara e Sidney Chalhoub.....  | 20        |
| 2.2. Lugares de combate: os debates no Partido Comunista e as vivências no ambiente acadêmico.....   | 34        |
| 2.3 Tempos de combate: o Centenário da Abolição.....   | 43        |
| 2.4 A polêmica em seu contexto histórico e teórico: confronto nas páginas da Folha de São Paulo.....   | 48        |
| 2.5 Alguns comentaristas do debate.....  | 56        |
| Considerações Finais.....  | 60        |
| Bibliografia.....  | 66        |
| Anexo A.....   | 71        |
| Anexo B.....   | 73        |
| Anexo C.....   | 74        |

## INTRODUÇÃO

Hoje, quando falamos de conhecimento histórico, quase automaticamente fica entendido que este é construído e deve estar baseado em evidências, que está em permanente transformação, pois que entre o acontecido e seu conhecimento coloca-se a mediação do historiador, suas perguntas, suas escolhas.

Dentro dessa premissa geral, também é necessário pensar que os historiadores têm a peculiar característica de ter por objeto a própria sociedade de que fazem parte. Assim, a história dos historiadores é um elemento fundamental para entendermos o conhecimento que produzem. Eles se movem em um contexto espacial e temporal concreto, com condicionantes sócio-políticos, culturais, ideológicos e disputas por poder, ao mesmo tempo em que possuem vontade, fazem escolhas, assumem posições e produzem juízos de valor. A inserção do historiador em sua sociedade implica considerar uma série de desdobramentos, como os possíveis usos políticos deste conhecimento e a própria questão do engajamento, tomada de partido e ideologia do historiador. Da mesma forma, nos alerta para lembrar que as mudanças da problemática histórica e a transição de um espaço teórico a outro são fenômenos da órbita do processo social e não abstrações de um pensamento autônomo, apartado da sociedade em que se desenvolve; dos lugares que seu autor ocupa e dos mecanismos de disseminação e apropriação desse conhecimento.

Os eixos acima destacados estão na base do Trabalho de Conclusão de Curso que a seguir será apresentado.

Para este trabalho, que tem por objetivo examinar alguns aspectos referentes às transformações na produção do conhecimento histórico, tomamos como objeto um caso que consideramos poder exemplificar as questões acima colocadas: um debate referente à escravidão no Brasil, surgido dentro dos quadros da produção historiográfica brasileira. Este debate que adquiriu grandes proporções e, por vezes versado em linguagem violenta, tornou-se até mesmo uma polêmica travada nas páginas de um jornal de São Paulo e deixou marcas significativas no conhecimento histórico posterior.

Referimo-nos à divergência interpretativa entre o jornalista e historiador autodidata Jacob Gorender, de um lado, e os historiadores professores e pesquisadores da UNICAMP Sidney Chalhoub e Sílvia Hunold Lara de outro, a qual, dizendo resumidamente, tratava do caráter violento ou não da escravidão no Brasil.

A ideia de um “exercício de pesquisa” que possui o TCC e as próprias limitações de um pesquisador iniciante para desenvolver uma proposta como esta também justificam os recortes e delimitações (inclusive quanto aos três autores centrais) que foram efetuados nesta problemática, que possui tantos desdobramentos teóricos e empíricos. Sempre que parecer necessário, o texto trará alguma explicação ao leitor nesse sentido, especialmente indicando recortes que foram assumidos.

O que justifica estudar tal tema? Por que o recorte nos três autores citados? Qual a sua importância? Argumentaremos sobre a relevância do tema que foi matéria da divergência que constituiu nosso estudo de caso, o trabalho escravo no Brasil.

O regime de trabalho escravista foi chave na economia e sociedade brasileira por um período de mais de três séculos e são destacáveis as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais ainda presentes do mesmo. Dada a importância e complexidade de tal temática, o interesse que a historiografia nacional - e internacional também (bons exemplos disso são os historiadores brasilianistas que estudam tal tema, com nomes como Robert Slenes e Stuart Schwartz) - dedicou à escravidão tem sido ímpar<sup>1</sup>. Sendo um tema que tanto interesse suscita na historiografia sobre o Brasil, não é de causar surpresa a um leitor atento o surgimento de debates acalorados em seu redor.

Partindo do pressuposto de que nenhum conhecimento está livre da influência de sua época e das demandas particulares desta, são destacáveis as disputas de poder implícitas no combate sobre a interpretação “correta” do trabalho escravo brasileiro. Assim, a questão que sintetiza o conteúdo da polêmica, ou seja, se há ou não um caráter violento no “escravismo colonial”, aparentemente neutra, carrega variados sentidos se interpretada no contexto em que foi formulada, os quais, sinteticamente, enunciaríamos assim (cientes da complexidade da questão): em nível nacional, um quadro de mudanças na política, cultura e sociedade, com o fim da ditadura que desde 1964 se impusera sobre o país, bem como a data das “comemorações” do Centenário da Abolição, em 1988; no âmbito internacional, o colapso soviético e a necessidade das esquerdas repensarem suas interpretações sobre as perspectivas políticas para o Brasil.

De acordo com a própria Sílvia Lara, os trabalhos clássicos sobre escravidão – dentre os quais citamos a produção da chamada Escola Sociológica da USP -

---

<sup>1</sup> Destacamos aqui os mais conhecidos estudos dos autores citados: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

influenciaram muito a produção acadêmica nas Ciências Humanas, bem como a formação de militantes negros, em forte atividade nas proximidades do centésimo treze de maio.

Emblemático de tal época também é o artigo de Francis Fukuyama, de nome “*O fim da História*”, lançado em 1989 (tornado livro depois, no ano de 1992), grande sinal de um avanço neoconservador, junto de um retrocesso das esquerdas.

A desconformidade de Jacob Gorender com as conclusões dos novos estudos sobre a escravidão no Brasil, que rompiam com os trabalhos de perspectiva totalizante, de grandes recortes espaciais e temporais e baseados em explicações da ordem das determinações estruturais explica-se, em grande parte, em tal contexto de “ameaça às utopias”, o que é também matéria de publicações de vários autores marxistas da época, críticos do “assalto pós-moderno”<sup>2</sup>.

Não é uma controvérsia inocente essa sobre a qual propomos o estudo, sendo um testemunho importante sobre a época em que foi produzida, bem como exercendo influência no que se produziu depois, justificando assim uma análise mais detida desta matéria.

Por outro lado, também justifica a escolha desse tema a importância que tem para o trabalho do historiador a compreensão das questões da produção do conhecimento histórico e, neste caso, as transformações que ele experimenta ao longo do tempo e à luz das circunstâncias históricas do momento em que é produzido e da mediação do próprio historiador.

A escolha de uma polêmica como tema pode, através das situações que ela confronta, colocar com mais visibilidade e ajudar a entender os mecanismos que estão presentes nas transformações que a historiografia experimenta ao longo do tempo.

E precisamos insistir, portanto, que essa monografia não tem a menor pretensão de adentrar na historiografia sobre a escravidão no Brasil, o que estaria muito além de nossas possibilidades, mas mais modestamente, fazer um exercício de análise sobre questões que se colocam entre o historiador e o conhecimento que ele produz, tomando esta polêmica como um objeto que permite tal análise.

Da mesma forma, as controvérsias historiográficas como a que será aqui examinada, também colocam em pauta a permanente questão do valor de verdade das

---

<sup>2</sup> Por exemplo, CARDOSO, Ciro. *Ensaio racionalistas: filosofia, ciências naturais e história*. Rio de Janeiro: Campus, 1988 e ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas, Papyrus, 1989.

diferentes versões do conhecimento histórico, embora tão pouco pretenda abordar aqui esta questão e sim as referidas mediações da produção do conhecimento.

Quanto à sua estrutura expositiva, o texto contemplará dois capítulos, agora detalhados.

No primeiro capítulo nossa análise se deterá nas mediações que ocorrem na produção do conhecimento histórico, como o papel exercido pelo historiador e, principalmente, a sua inserção social e relação com variadas demandas, o que possui uma influência considerável no que pesquisa e escreve.

No segundo capítulo o foco é no debate, e posterior polêmica, entre Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara. Estudaremos alguns aspectos do contexto em que os três autores pesquisaram e escreveram, examinando que forma a História que produzem se relaciona com as instituições em que se inserem, com as demandas sociais relativas à matéria histórica, refletindo assim sobre como os historiadores (e as modificações no pensamento histórico) relacionam-se com a totalidade social de que fazem parte.

\* \* \* \* \*

Este trabalho, como seu tema e problema indicam, utilizará exclusivamente fontes bibliográficas, indicadas no decorrer da exposição e na seção da Bibliografia, tanto aquelas que discutem as questões teóricas que são referências de análise, como algumas obras dos historiadores acima citados além de matérias jornalísticas da Folha de São Paulo que divulgam a polêmica e algumas obras referentes ao que já se produziu sobre esta divergência historiográfica, mais ampla que os limites das matérias jornalísticas que são aqui nosso objeto de análise.

Adiantamos para o leitor algumas das obras que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa. No primeiro capítulo, utilizamos principalmente textos como os de Edward Thompson “La miseria de la teoria”, Eric Hobsbawm “Sobre História” e Edward Carr “Que é história?”. Nos livros citados podemos encontrar algumas férteis contribuições para pensar as relações entre o conhecimento produzido e as várias mediações que ocorrem nesse processo, bem como apontar algumas as questões decorrentes disto.

Já no segundo capítulo deste trabalho são recorrentes algumas obras dos autores

polemistas aqui em foco: Jacob Gorender (“O escravismo colonial” e “A escravidão reabilitada”), Sidney Chalhoub (“Trabalho, lar e botequim” e “Visões da liberdade”) e Sílvia Lara (“Campos da violência”). Através destes escritos foi possível delinear as linhas centrais do debate referente ao caráter da escravidão brasileira, bem como obter indícios das condições que marcaram a emergência de mudanças na forma de pesquisar, pensar e escrever a História.

Também foram utilizados livros, artigos e entrevistas que nos ajudaram a contextualizar os autores em pauta tais como: Mario Maestri, *O escravismo colonial: a revolução copernicana* de Jacob Gorender. IN: *Cadernos IHU Unisinos*; José Vinci de Moraes e José Marcio Rego. *Conversas com historiadores brasileiros*; Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorender). IN: *Revista Arrabalde* entre outros que serão mencionados no texto. Agradecemos à Prof<sup>a</sup>. Regina Xavier ter oferecido o acesso à entrevista fílmica com Sílvia Lara, inédita, que lhe foi cedida durante o 5º Encontro *Liberdade e Escravidão no Brasil Meridional* (P. Alegre, 12 de maio de 2011).

## CAPITULO I

### **O ACONTECIDO E SEU CONHECIMENTO: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS MEDIAÇÕES QUE OCORREM NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

O que fabrica o historiador quando escreve a História? Esta questão foi enunciada pelo pensador francês Michel de Certeau no seu livro “*A escrita da História*”, publicado em 1975<sup>3</sup>. A partir da mesma, podemos pensar o objeto deste estudo, qual seja, a polêmica interpretativa entre Jacob Gorender, Sílvia Lara e Sidney Chalhoub. Ambos os autores dedicam-se a escrever sobre o mesmo aspecto do passado: o fenômeno do trabalho escravo no Brasil. Porém, os resultados impressos em suas narrativas são bastante divergentes. O que pode explicar isto?

Como indicamos na *Introdução*, a escolha de uma controvérsia historiográfica como objeto deste TCC decorre de que, através das situações que ela confronta, o estudo pode contribuir para o entendimento de algumas das circunstâncias em que se produz o conhecimento histórico e das transformações que a historiografia experimenta ao longo do tempo.

Assim, neste capítulo pretendemos examinar duas destas circunstâncias, que em todo o caso estão interligadas: o fato de que o conhecimento histórico é produzido com a mediação de um historiador (embora outros sujeitos possam produzi-lo, não é esse o caso que nos interessa) e que este é um sujeito histórico, ou seja, está envolvido e às vezes de forma muito ativa, pelas questões da sociedade em que vive. Assim, o conhecimento histórico é sempre provisório e incompleto e as mudanças da problemática histórica e de suas teorias tem que ser entendidas como fatos sociais.

Vamos a seguir examinar este tema, pois a ele estão ligadas transformações e diferentes versões que o conhecimento histórico experimenta e que sempre produzem interrogações sobre seu valor de verdade.

---

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

## 1.1 O CONHECIMENTO HISTÓRICO É PRODUZIDO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO DE UM HISTORIADOR

Daniel Aarão Reis Filho propõe um interessante questionamento para iniciarmos esta reflexão referente à mediação do historiador:

O senso comum, ainda hoje, acredita que a história é a procura da verdade objetiva, única. Mas o que fazer quando aparecem diferentes versões, como se a verdade tivesse não um rosto, mas uma sucessão de máscaras, alternadas, alternativas?<sup>4</sup>

No mesmo sentido, interroga Adam Schaff:

Se apesar dos métodos e das técnicas de investigação aperfeiçoadas, os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes, mas ainda selecionam e até mesmo percebem e apresentam diferentemente os fatos, será possível que esses historiadores façam simplesmente uma propaganda camuflada em lugar de praticar a ciência? [...] Se, por outro lado, o elemento subjetivo no conhecimento histórico é atualmente tão evidente que só podem negá-lo os guardiões do museu positivista, no momento em que o reconhecem os historiadores que atingiram o nível da ciência moderna, isto não invalidará o postulado da objetividade do conhecimento científico e, por conseguinte, o caráter científico da história?<sup>5</sup>

Na conhecida fórmula de Ranke de que ao historiador cabe apenas descrever as coisas “*tal como aconteceram*” ou de Heródoto, de que ele deve “*contar o que aconteceu*”, o historiador é visto como um receptor passivo, alguém que se apaga diante dos acontecimentos. Mas desde muito tempo o reconhecimento do papel ativo do historiador na construção do conhecimento relegou a concepção de Heródoto e de Ranke ao campo das concepções precursoras da nossa disciplina.

A seguinte citação de Edward Carr expressa, com uma metáfora, esta concepção:

Não, na verdade os fatos não se assemelham aos peixes expostos na banca do comerciante. Assemelham-se aos peixes que nadam no oceano imenso e às vezes inacessíveis; o que o historiador apanhará depende em

---

<sup>4</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. *Versões e ficções: o sequestro da História*. S.Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. p. 101 .

<sup>5</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

parte do acaso, mas sobretudo da região do oceano que tiver escolhido para sua pesca e da isca que se serve. Estes três fatores são, evidentemente determinados pelo tipo de peixe que propõe apanhar. Em geral, o historiador obterá o tipo de fatos que deseja encontrar.<sup>6</sup>

Enfim, hoje a maioria dos historiadores admite que o fato histórico é uma construção do historiador e este, como um ser humano, está imerso em condicionamentos sociais, culturais, políticos, ideológicos, psicológicos, todos eles localizados em um tempo e um espaço concretos.

Acreditamos que as palavras de Antoine Prost servem como boa síntese: “*Não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva*”<sup>7</sup>. É em função do problema proposto que se constrói o objeto de estudo, pois, para a sua resposta que é feito um recorte em um campo ilimitado de fontes possíveis.

As próprias *fontes históricas*, bastante caras aos historiadores, existem em função das questões colocadas por estes. É através das perguntas colocadas que um vestígio qualquer é dotado do estatuto de documento ou fonte. Apenas pela mediação do historiador que o vivido torna-se conhecimento.

Se aceitamos a clássica sugestão de Jacques Le Goff de que devemos tratar nossos documentos como monumentos<sup>8</sup>, um caminho fundamental para o estudioso da historiografia é pôr em debate o papel que a subjetividade do historiador exerce nos seus textos.

José Amado Mendes, historiador português, em artigo com o título “*Produtor e produção histórica: a inevitável cumplicidade*” propõe um problema que se relaciona fortemente com a reflexão que empreendemos neste capítulo. Citamos:

[...] tendo-se chegado à conclusão – hoje geralmente aceita – de que o

<sup>6</sup> CARR, Edward H. *Que é história*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 24.

<sup>7</sup> PROST, Antoine. As questões do historiador. IN: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 75.

<sup>8</sup> Le Goff em seu texto “Documento/monumento”, publicado na Enciclopédia Einaudi e posteriormente no seu livro “História e memória”, comenta os sentidos que adquirem as expressões monumento, como algo produzido com alguma intencionalidade, e documento, este neutro, livre de pré concepções. O autor, contudo, discorda de tal definição de documento, atentando para as intenções presentes na produção do mesmo, ou seja, foi algo produzido com algum intento, legar ao futuro uma imagem construída socialmente. Sua sugestão para os historiadores é a de tratar seus documentos como monumentos, ou seja, estudá-los tendo em vista as condições em que surgiram (foram produzidos) e por que surgiram de tal modo. Cf: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 525-541.

historiador é um elemento fulcral, não só do fazer História como da própria obra historiográfica, justificar-se-á que aquele continue a ser, em certa medida, um “desconhecido”, não só para o público em geral como para os próprios investigadores?<sup>9</sup>

Somos sensíveis à provocação de Mendes: sendo reconhecida a inevitável presença subjetiva na produção do conhecimento, torna-se necessário para o pesquisador conhecer quem produz as fontes que são seu objeto de estudo, neste caso, Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Hunold Lara, que serão matéria do capítulo seguinte.

Estudar os historiadores é algo que, segundo Amado Mendes, se relaciona com o que Lucien Febvre chamou, em 1941 de “*grande drama da relatividade*” e que hoje se amplia com a dúvida sobre as certezas e ciências por um lado e com a maior atenção ao papel da subjetividade no conhecimento, por outro. O conhecimento histórico não passa incólume, e nesse sentido, ganha importância o exame da função fundamental do historiador na construção do conhecimento histórico, o qual inexistente sem a intervenção humana (a “inevitável cumplicidade” enunciada no título do artigo de Mendes). Por meio das perguntas que coloca às suas fontes, dos recortes feitos em seu objeto, dos referenciais com que dialoga e se apropria (bem como seus interesses pessoais, trajetória de vida, inserção social), o historiador imprime sua marca subjetiva em seu trabalho, sendo importante conhecê-lo para uma apreensão mais completa do tema em estudo.

Sobre a mediação que a própria história do historiador representa no conhecimento que ele produz, Eric Hobsbawm dá um exemplo bem conhecido no seu artigo “*Não basta a história de identidade*”<sup>10</sup>, quando examina como as vivências de diferentes historiadores e eventuais envolvimentos pessoais tendem a influir nas suas apreciações desses acontecimentos. O historiador exemplifica, no citado artigo, através do caso de uma conferência internacional, realizada em uma aldeia italiana, sobre os massacres dos alemães na Segunda Guerra Mundial. E encontramos aí aqueles historiadores para os quais os massacres eram matéria de interesse estritamente ético, outros, cuja própria história estava diretamente ligada aos massacres, fossem eles historiadores alemães que desconheciam aquilo que seus pais ou avós haviam ou

---

<sup>9</sup> MENDES, José Amado. Produtor e produção histórica: a inevitável cumplicidade. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n.1, p. 259-274, junho 1999. p. 261

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. IN: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 281-292.

poderiam ter feito, ou italianos, descendentes dos que sofreram o massacre.

Também Edward Thompson oferece uma reflexão sobre isto:

Cada idade, ou cada praticante, pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer a luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a “história” (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada. As discordâncias entre os historiadores podem ser de muitos tipos, mas continuarão sendo meros intercâmbios de atitude, ou exercícios de ideologia, se não se admitir que são conduzidas dentro de uma disciplina comum que visa ao conhecimento objetivo.<sup>11</sup>

Mas além de reconhecer a inquestionável mediação do historiador entre o acontecido e o conhecimento do acontecido, esta questão se desdobra em outra, a qual abordaremos a seguir.

## 1.2 CONDICIONANTES SÓCIO-POLÍTICOS E CULTURAIS, VONTADES E ESCOLHAS DOS HISTORIADORES: AS MUDANÇAS TEMÁTICAS E TEÓRICAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO COMO FENÔMENOS SOCIAIS.

A inserção do historiador na sua sociedade implica considerar as questões dos usos políticos do conhecimento que produz, do engajamento, da tomada de partido e ideologia por parte do historiador. Da mesma forma, como já dissemos isto nos alerta para lembrar que as mudanças da problemática histórica e a transição de um espaço teórico a outro são fenômenos da órbita do processo social e não abstrações de um pensamento autônomo, apartado da sociedade em que se desenvolve, dos lugares que seu autor ocupa, dos mecanismos de sua disseminação e recepção.

Passaremos então a desenvolver um pouco estas questões.

Carlos Fico e Ronald Polito, em sua obra conjunta “*A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*”<sup>12</sup>, definem o termo historiografia

<sup>11</sup> THOMPSON, Edward. *La miseria de la teoria*. Barcelona:, Grijalbo, 1981.

<sup>12</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989) elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

de uma forma bastante próxima do fenômeno que aqui estudamos, por isso citamos:

Buscamos, portanto, uma análise historiográfica tendo em vista as vicissitudes da dinâmica econômica, política e social e cultural do Brasil no período em pauta. Afinal, todos esses aspectos de alguma maneira condicionam a atuação do historiador e, conseqüentemente, a produção do conhecimento histórico. É assim que diversos quadros conjunturais tiveram que ser levados em conta para a análise do movimento historiográfico, como a dinâmica editorial, a criação de revistas, o montante de verbas para pesquisa, os eventos realizados, as instituições criadas, as linhas de pesquisa privilegiadas pelas pós-graduações, as efemérides comemoradas no período e as modas teóricas. Dispensável notar que nos preocupamos também com a abordagem das relações e dos desdobramentos internos à própria história da historiografia, cumprindo este que também é um encaminhamento típico dos textos na área, ainda que não com as mesmas implicações teóricas.<sup>13</sup>

Para pensar esta questão também é útil o seguinte destaque de Ernildo Stein:

Não apenas nosso grau de conhecimento é limitado no que se refere à tradição que nos persegue, mas o clima espiritual que nos envolve seleciona os nossos juízos e os determina a cada momento. O próprio passado que julgamos dá seu colorido aos nossos juízos. Estamos envoltos nas cargas da tradição quando interpretamos a tradição. A história como passado pesa sobre nós mesmo quando julgamos atingí-la com absoluta isenção.<sup>14</sup>

O autor observa que esta “carga da história” limita a objetividade total e impede um juízo neutro a cada momento, mas valoriza este fato: ter consciência da ação da história sobre nós é uma das formas de reconhecer nossos limites na produção do conhecimento histórico e aprofundar nossa consciência crítica.

A mesma linha de entendimento encontramos no texto “*Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra*”, capítulo integrante do segundo volume da coleção “*As esquerdas no Brasil*”, organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis<sup>15</sup>. O autor do escrito em questão, Alexandre Hecker, na página 23 de seu texto, busca expor aos leitores aquilo que chama de “*suas principais dificuldades metodológicas*”, causadas pelo tema ao qual se dedica, o socialismo, que como se sabe,

<sup>13</sup> Idem, pp. 18-19.

<sup>14</sup> STEIN, Ernildo. *História e ideologia*. Porto Alegre, Movimento, 1981. p. 27.

<sup>15</sup> HECKER, Alexandre. *Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra*. IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 21-52.

é um assunto atravessado por múltiplos significados:

O pesquisador do passado não tem como fugir da influência do presente sobre suas escolhas e preferências. O historiador, do remoto ou do recente, ele próprio uma criatura histórica, ambiciona a técnica da objetividade, da imparcialidade, sabendo-se incapaz dessa liberdade absoluta. No caso do historiador da política do tempo presente, o problema se exacerba, pois parece estar ainda mais exposto a tramas e embaraços que o envolvem. Mas todas as injunções em que se vê colocado podem ser também incentivos ao seu trabalho, já que a ambiguidade que lhe é própria se apresenta, ao mesmo tempo, como limite e propulsão. Fazer história pode parecer fácil, mas não é.

Tal reflexão foi escrita como introdução ao texto. Nos apropriamos de seu “parecer teórico-metodológico” pois julgamos que neste estudo (ousamos afirmar: em qualquer estudo histórico) os cuidados autorais devem ser os mesmos. Hecker tem como objeto o ideário socialista no Brasil, algo importante para a sua época, um tema nada inocente. Nosso objeto é diverso, porém não menos desprovido de um sentido político: uma polêmica ocorrida na historiografia brasileira, durante o final da década de 1980 e o início da de 1990, referente a uma relação de poder, a escravidão neste mesmo país. Não fazemos história do tempo presente, contudo temos atenção ao fato de que todos os atores envolvidos ainda estão vivos, alguns são profissionais atuantes em suas áreas. Suas produções possuem larga influência no conhecimento histórico que hoje se estuda, pesquisa e produz, como será exposto em momento posterior deste trabalho.

Com ciência de nosso possível envolvimento em “tramas e embaraços”, como exposto acima, também nos sentimos motivados pelas limitações próprias de discutir um objeto tão sensível em nosso meio. Tratar de um tema que possui influência bastante explícita na historiografia brasileira atual nos é caro: por mais comprometido que esteja com questões presentes, a perspectiva de melhor entender a gestação do atual “estado da arte” nos é forte incentivo. Certamente escrever História não é fácil, porém sem dúvida é instigante!

Os autores de que trataremos aqui também sofreram a influência de seu tempo em suas pesquisas e escrita. No segundo capítulo teremos a oportunidade de discutir em quais espaços se inserem e como as questões que colocam às fontes históricas são influenciadas pela época em que vivem.

Mas neste momento do trabalho nos cabe refletir, mesmo que de forma muito

breve, sobre as influências do contexto social e temporal na produção historiográfica e como os historiadores lidam com tais dimensão de seu ofício.

Josep Fontana, em seu livro “*A história dos homens*”<sup>16</sup>, discute o que chama de “*guerras da história*” rivalidades entre as interpretações do passado, em geral focadas em processos chaves na definição de épocas históricas, como as controvérsias sobre a Revolução Francesa. Acreditamos que a conclusão de seu estudo é de grande ajuda para a compreensão dos traços que percebemos nas fontes consultadas:

O que mostram os exemplos de 'guerras da história', escolhidos entre muitos outros que poderiam ter sido examinados, é que os debates a que se referem têm pouco a ver com a ciência e muito com o contexto político e social em que se movem os historiadores.<sup>17</sup>

Tal citação é bastante semelhante ao que o historiador catalão afirma em uma obra anterior: “*História: análise do passado e projeto social*”<sup>18</sup>. Preocupado em pesquisar as formas com que narrativas sobre o passado - da Antiguidade ao mundo contemporâneo - legitimaram poderes instituídos e carregaram em seu bojo projetos de sociedade, Fontana produz as duas obras citadas. Estudar e discutir as relações entre a historiografia e o contexto em que esta é produzida está em nossas preocupações centrais para o trabalho aqui apresentado e as ideias de Josep Fontana serão um bom auxílio em nosso diálogo com as fontes, pois percebemos, nos debates sobre a escravidão, a presença das demandas políticas e sociais (de sua época) na produção de cada autor. Segue outro trecho do mesmo historiador, no qual sintetiza como entender a presença conjuntural na historiografia:

Toda visão global da História constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la.<sup>19</sup>

Também embora pareça óbvio que as interpretações históricas (pelas mesmas razões das simultâneas “inserção social” e “vontade” dos historiadores) incluem juízos

---

<sup>16</sup> FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>17</sup> FONTANA, Josep. Idem. p. 379.

<sup>18</sup> FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

<sup>19</sup> Idem, p. 9.

de valor e o peso de ideologias, é uma posição ingênua pensar que seja possível evitá-los para preservar uma suposta pureza ou neutralidade científica. Como observa Carlos Pereyra, “*pensar assim exhibe incompreensão sobre quais são os modos em que intervém a ideologia na produção de conhecimentos.*”<sup>20</sup>

Em se tratando dos juízos de valor que o historiador formula, é muito esclarecedora uma passagem da “*Miseria de la teoria*”, de Thompson, que embora um tanto longa, tentaremos sintetizar a seguir:

[o conhecimento do] passado sempre foi, entre outras coisas o resultado de um raciocínio valorativo. Ao recuperar este processo [...] devemos, até onde a disciplina permita, manter nossos próprios valores em suspenso. Mas uma vez recuperada esta história, ficamos em liberdade para expressar nossos juízos sobre ela. Tais juízos devem estar, por sua vez, sob controles históricos. O juízo deve ser adequado aos materiais. É absurdo lamentar que a burguesia não tenha sido comunitária [...] O que podemos fazer é identificar-nos com certos valores defendidos por atores do passado e rechaçar outros.[...] Nosso voto não mudará nada. E não obstante, em outro sentido, pode mudar tudo. Porque estamos dizendo que estes valores e não outros, que fazem com que esta história tenha sentido *para nós* e que são estes valores que tratamos de estender e apoiar em nosso presente.<sup>21</sup>

E para concluir estes breves comentários sobre os efeitos da simultânea “inserção social” e “vontade” dos historiadores no conhecimento que produzem, encontramos em Eric Hobsbawm algumas pistas para a questão do engajamento do historiador, quando em seu texto *Engajamento* ele discute o stalinismo e o tipo de posicionamento de intelectuais que assumem o compromisso político acima de sua responsabilidade científica:

O que se pode chamar de engajamento stalinista está excluído do discurso científico. Se os estudiosos e cientistas acreditam que seu compromisso político exige que submetam sua ciência a seu compromisso [...] deveria admiti-lo ao menos para si mesmos. É muito menos perigoso para a ciência e para uma análise política cientificamente fundamentada saber que se está praticando supressão da verdade ou mesmo sugestão de falsidade, que convencer a que as mentiras são, em certo sentido complexo, verdade.

<sup>20</sup> PEREYRA, Carlos e outros. *História, para que?* México: Siglo XXI, 1982. p. 28. Sobre a relação da ideologia com o conhecimento e com os sujeitos sociais numa determinada sociedade, ver: ESCOBAR, Carlos. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 67-80.

<sup>21</sup> THOMPSON, Edward. La lógica de la historia. IN: *Miseria de la teoria*. Barcelona:, Grijalbo, 1981.p. 72-73.

E mais adiante Hobsbawm acrescenta:

Uma zona nebulosa entre a atividade científica e a proposição política que talvez afete mais os historiadores é a “advocacia política” ou seja, tomar como dado o caso a ser defendido[...] Em resumo, ao contrário da ciência (por mais engajada que seja) a advocacia toma como um dado o caso a ser defendido.<sup>22</sup>

\* \* \* \* \*

Todas as questões que aqui abordamos envolvem outra, que tem desafiado os historiadores ao longo do tempo: o caráter objetivo e/ou subjetivo do conhecimento histórico produzido e suas condições de verdade, o que nos levaria outras discussões, entre as quais a do próprio estatuto científico do conhecimento histórico.

Francisco Falcon expressa certa concepção sobre o que constitui a história e o historiador. Ele reconhece como importantes a percepção da pluralidade de passados que o historiador recompõe e os elementos de subjetividade que o discurso histórico incorpora. Mas acrescenta:

O decisivo, porém, é que não se perca de vista a capacidade deste discurso de dizer algo verdadeiro a respeito de uma realidade passada que constitui seu referente extra-discursivo. Logo, por mais que se pretenda o inverso, o historiador não é nem pode ser um autor de ficção, pois não é livre para inventar, imaginar e interpretar: o exercício de suas faculdades criativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio tempo e lugar. É a partir de protocolos de verdade que se identificam, em derradeira instância, a história e o historiador como tais.<sup>23</sup>

Mas deliberadamente não vamos tratar dela, pois consideramos que extrapolaria nossas possibilidades não só de tempo e espaço deste TCC, como nos remeteria a outra problemática, cuja envergadura não nos dispomos enfrentar nesse momento.

Vamos, sim, retomar agora nosso objetivo de pesquisa, que é analisar as mediações que envolvem a produção do conhecimento histórico em um caso concreto, o confronto interpretativo sobre a escravidão, envolvendo Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara.

<sup>22</sup> HOBBSAWM, Eric. Engajamento. IN: *Sobre História*. S. Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 145-146.

<sup>23</sup> FALCON, Francisco. Apresentação. IN: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora da FGV, 1998. p. 18.

## CAPÍTULO II

### **OS HISTORIADORES, O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E OS ENFOQUES TEÓRICOS MEDIADORES DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A POLÊMICA INTERPRETATIVA SOBRE A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA ENVOLVENDO JACOB GORENDER, SIDNEY CHALHOUB E SILVIA LARA.**

Considerando o que antes foi apresentado sobre as condições sócio-políticas e as tendências teóricas como mediadoras do trabalho do historiador na produção do conhecimento histórico, esse capítulo vai tratar dos sujeitos historiadores envolvidos na disputa interpretativa sobre a escravidão no Brasil a partir de suas circunstâncias: quem são, de que lugares falam, em que conjuntura teórica e sócio-política escrevem suas obras, com quais referenciais dialogam. Para tanto ele será dividido em alguns tópicos, visando uma melhor clareza expositiva.

#### **2.1 OS SUJEITOS QUE ESCREVEM A HISTÓRIA: JACOB GORENDER, SÍLVIA LARA E SIDNEY CHALHOUB**

Iniciaremos a exposição por Jacob Gorenader, representante de “um dos lados” da disputa, militante comunista e autor de importantes ensaios que muitas discussões renderam entre os estudiosos do fenômeno escravista brasileiro. Para introduzirmos a sua trajetória, será utilizado como bibliografia um artigo de Mário Maestri<sup>24</sup> em que o autor pretende produzir algo semelhante a uma “biografia intelectual” de Gorenader e duas entrevistas suas, sendo uma realizada pela *Revista Arrabalde*<sup>25</sup>, no ano de 1988, a outra foi concedida pelo autor a Ana Paula Goulart e Angélica Muller dentro do projeto “Memória do movimento estudantil”, em 2005<sup>26</sup>.

Vamos, então, conhecer um pouco Jacob Gorenader e as condições sócio políticas

---

<sup>24</sup> MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorenader. A gênese, o reconhecimento, a delegitimação. IN: *Cadernos IHU Unisinos*. Ano 3, Nº 13, 2005. pp. 4 – 42.

<sup>25</sup> GORENDER, Jacob. Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorenader). IN: *Revista Arrabalde*. Ano I, nº 2, set./dez. 1988.

<sup>26</sup> GORENDER, Jacob. Entrevista para o “Projeto Memória do Movimento Estudantil”, na data de 15/06/2005. Realizada por Ana Paula Goulart e Angélica Müller. Revisão de Tatiana Rezende. IN: [www.mme.org.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={422E59FF-661B--4E65-BA59-1C31D99F9595}&ServiceInstUID={350441AD-EA8E-4CBD-9419-87E1E7F85FCA}](http://www.mme.org.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={422E59FF-661B--4E65-BA59-1C31D99F9595}&ServiceInstUID={350441AD-EA8E-4CBD-9419-87E1E7F85FCA}) Acesso em: 24/10/2011 às 01:05.

e concepções de história que estão mediando suas obras.

Nasceu em Salvador, no ano de 1923, filho de imigrantes judeus e socialistas. Estudou na Faculdade de Direito de sua localidade natal (porém não concluiu sua formação universitária), militando na União de Estudantes da Bahia, entidade em que conheceu pessoas que influenciaram o seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo o próprio:

Eu me tornei membro do Partido Comunista, pois tinha simpatias pelo comunismo – é claro – sem saber, sem ter conhecimentos teóricos, porque os livros marxistas só circulavam clandestinamente, eram proibidos no Brasil. Mas me tornei membro do Partido Comunista em 1942. Fui recrutado – como se dizia àquela altura – por Mário Alves, um grande companheiro que faleceu torturado no quartel da Polícia do Exército do Rio de Janeiro [...] devido à torturas que ele foi submetido... isso já depois do golpe de 1964, não me lembro em que ano exatamente foi, acho que foi em 1968 ou 1969. Mas foi ele quem me introduziu no Partido Comunista, em 1942. Éramos estudantes, ele estudava Ciências Sociais e eu Direito.<sup>27</sup>

Participa de batalhas da Segunda Guerra Mundial, como soldado, na Itália, lugar em que conhece militantes italianos do Partido Comunista Italiano, ligados a Josef Stalin, então chefe de Estado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Seu interesse por política possui plena relação com sua participação na guerra, como podemos perceber através deste depoimento seu:

Como é que me interessei pela política? Isso foi uma coisa *irrigada*, sobretudo, nos anos 30. Nasci em 1923 e, por volta de 1935, com meus 12 anos, já entendia das coisas da política. E havia uma preocupação muito grande entre os judeus com o crescimento do anti-semitismo. Hitler já estava no poder na Alemanha e as notícias sobre as perseguições anti-semitas na Alemanha e em outros países da Europa chegavam a Salvador.<sup>28</sup>

Sobrevivente da guerra, Gorender retorna ao Brasil para lutar através da via política, ligado aos quadros do PCB, o qual vivia uma época de tensão, oscilando na sua situação de ilegalidade. O comunista passa a atuar educando militantes pelo “Curso Stalin”, espaço de formação marxista, bem como através da redação de jornais também destinados especificamente a leitores comunistas, dentre os quais podemos citar “A

---

<sup>27</sup> Idem, p. 3.

<sup>28</sup> Idem, p. 1.

*Classe Operária*” e *“Imprensa Popular”*, ambos editados no Rio de Janeiro e com circulação nacional<sup>29</sup>.

Posteriormente, no ano de 1955, Jacob Gorender teve a oportunidade de estudar na URSS, na formação de quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), próximo a Moscou. Sua jornada de estudos não dura muito, pois, em 1956, Nikita Krushev divulga seu relato sobre os excessos ditatoriais durante o governo de Stálin, o que lança muitos abalos sobre o movimento comunista, e apressa o retorno dos brasileiros à sua terra natal. Quais os efeitos da tensão comunista posterior ao relatório de Krushev? No caso brasileiro houve a redação e publicação da *“Declaração de Março”*, em que temos a presença de Gorender como um dos redatores<sup>30</sup>. Em tal escrito observa-se uma mudança nas orientações partidárias, com a proposta de aliança ao setor chamado de *“burguesia progressista e nacional”*. O poder seria conquistado, segundo a *Declaração*, através de uma via pacífica e democrática, o que conforme Maestri, é a:

[...] materialização no Brasil da nova orientação da burocracia soviética de franca coexistência pacífica. O caráter da revolução brasileira, dizia o documento, era antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático.<sup>31</sup>

Como intelectual, Jacob Gorender passa a atuar para além das páginas dos jornais revolucionários, publicando ensaios sociológicos e traduzindo obras marxistas oriundas de autores soviéticos. Já em 1960, no PCB então reorientado para uma política reformista, o autor ocupa o cargo de membro pleno do Comitê Central, no V Congresso do partido. Sua então importante função nos quadros do PCB não lhe garante hegemonia no mesmo, o qual se encontra em crise após o Golpe de 1964, quando há uma divisão interna no partido entre uma oposição de esquerda (o grupo ao qual Jacob Gorender encontra-se ligado) e um grupo ligado às ideias e propostas de Luís Carlos Prestes (famoso revolucionário brasileiro, responsável pela chamada Intentona Comunista, na década de 1930), vencedor na batalha pelo controle partidário.

Gorender, expulso do PCB junto de seus camaradas ideológicos da oposição de esquerda, participa da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

<sup>29</sup> Cf. TORRES, Juliana Dela. A gravura como recurso visual na imprensa comunista brasileira (1945/1957). IN: *III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, 2006.

<sup>30</sup> Segundo Mario Maestri, o documento citado se gestou como uma espécie de “substituto” às orientações oficiais do Partido *“onde tinham força stalinistas”*. Os redatores da *“Declaração de Março”* foram reunidos por Giocondo Dias, sob a recomendação de Luiz Carlos Prestes. Cf. MAESTRI, Mário. Idem. p. 5.

<sup>31</sup> Idem. p. 6

(PCBR), no ano de 1968. Maestri sintetiza a sua proposta:

No plano político, rejeitava a aliança com a burguesia, mas negava a luta direta pelo socialismo. No plano tático-organizacional, defendia a luta social e sindical, desprestigiada pela derrota da esquerda diante dos militares, em 1964, associada à luta armada no campo, fortemente prestigiada pela recente vitória cubana, em 1959-61, e pela luta vietnamita, então em curso.<sup>32</sup>

A duração da nova organização comunista foi efêmera, dadas as prisões (e mortes, em alguns casos) de membros da mesma. Jacob Gorender não fica incólume às arbitrariedades ditatoriais, sendo também preso e torturado, como seus companheiros, em 1970. Ao contrário de alguns destes, sobrevive e passa a combater através de outro meio que não as ações armadas: a luta intelectual. Para compreendermos a razão desta investida do autor diferente da maioria de seus colegas ideológicos, envolvidos em guerrilhas e movimentos afins, explica Mario Maestri:

[...] Gorender dedicava-se à investigação sobre o caráter da formação social brasileira e da revolução brasileira. Grande parte da esquerda evoluíra da política de colaboração com a “burguesia nacional” para o assalto militar ao poder sem crítica real das concepções passadas e sem apoiar a nova política em interpretação estrutural da realidade brasileira.<sup>33</sup>

Questionado em sua entrevista concedida a *Arrabalde* sobre o surgimento de sua idéia referente ao modo de produção escravista colonial (o qual a seguir comentaremos), teorização surgida em seu novo campo de batalha (o das ideias), Gorender explica:

Isso se relaciona a aspectos da minha biografia, de como elaborei este livro. A minha concepção de história é a de uma ciência que orienta a ação revolucionária. Nunca tinha sido historiador profissional, mas fui revolucionário profissional e até hoje me dedico a trabalhar pela revolução no Brasil. Considero que a história é um conhecimento científico indispensável para que uma perspectiva revolucionária acertada seja estabelecida. [...] O meu interesse pela história nasceu das perplexidades que as interpretações historiográficas correntes na esquerda brasileira ocasionavam, sobretudo após a derrota de 1964.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> MAESTRI, Mário. Op. Cit.. p. 7.

<sup>33</sup> Idem, p. 8.

<sup>34</sup> GORENDER, Jacob. Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorender). IN: *Revista Arrabalde*. Ano I, n° 2, set./dez. 1988. p. 137.

Ele segue, em outro momento da entrevista, discutindo a sua concepção de História e a importância desta em um projeto de sociedade:

[...] gostaria de acrescentar que vejo a história como ciência da revolução e também componente fundamental na construção do universo ideológico. Todos nós, qualquer que seja o grau de cultura, temos uma visão da história do país ao qual pertencemos. Essa visão da história nos é inculcada desde a escola primária através das aulas, de comemorações, de feriados, do culto aos heróis, aos símbolos nacionais, etc. Sendo um componente de nosso universo ideológico a história é muitíssimo importante. Cabe aí citar uma frase riscada da Ideologia alemã: 'Nós só conhecemos uma única ciência, a ciência da história'. Na verdade, todas as ciências sociais desaguam na história.<sup>35</sup>

Quando preso, Gorender deu início a um de seus mais conhecidos projetos intelectuais: a interpretação da formação social brasileira, transformado posteriormente em um livro publicado em 1978, com o nome “*O escravismo colonial*”<sup>36</sup>. Orientado então pela sua perspectiva de História como algo indispensável para o acerto na revolução – a qual, como também visto em citação, era mal interpretada, segundo Gorender, pelo resto da esquerda – o que o autor busca é expor a sua interpretação, renovadora se comparada com o que até então se conhecia, deste objeto, através do historicamente novo modo de produção escravista colonial. Seu texto dialoga com as outras tentativas de interpretação econômica do passado brasileiro (as quais serão apresentadas nos próximos subcapítulos) através do afastamento das mesmas.

Eis o resumo do que Gorender diagnostica sobre a produção referente à escravidão no Brasil:

O escravo, está claro, sempre figurou no quadro geral, mas explicado por este e não o explicando. Como se devesse ocupar na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva. Por motivos ideológicos, o primeiro tipo de interpretação sociológica colocou a classe senhorial no centro do quadro e, guiando-se por certos dos seus caracteres exteriores, modelou a história de uma sociedade patriarcal e aristocrática. Nisto se identificaram Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, expoentes desse tipo de interpretação. É significativo terem ambos chegado ao mesmo resultado apesar da divergência em matéria antropológica, não tão completa, aliás, quanto se afigura à superfície. Se Oliveira Vianna legitimou a aristocracia escravista brasileira pela

<sup>35</sup> Idem, p. 151.

<sup>36</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

superioridade racial, o anti-racismo de Gilberto Freyre deixa margem explícita a uma legitimação análoga pela presumida superioridade genética dos *stocks*, das estirpes ou das etnias.<sup>37</sup>

Jacob Gorender propõe uma nova interpretação para o passado brasileiro (o que também inclui, claro, pensar sobre o escravo e os frutos de seu trabalho), baseada em outros estudos econômicos, pois faz oposição tanto àqueles que postulam a existência de um feudalismo no Brasil (nomeadamente, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré) quanto aos que focam no comércio exterior colonial, quais sejam, Caio Prado Jr., Alice Canabrava e Fernando Novais. Por que se opõe a tais estudos? Citamos Gorender:

As duas linhas de interpretação, a que me referi no início, fizeram avançar o processo cognoscitivo da realidade histórica, mas o travaram, cada qual delas, com o seu unilateralismo próprio. E o travaram e desviaram ambas pelo obstáculo que opuseram ao estudo da categoria central de todas as formações sociais: a categoria de *modo de produção*. As tentativas de aproximação a esta categoria pela via de qualquer destas linhas e, ainda, da linha dualista intermediária resultaram frustradas. Muitíssimo mais do que uma questão de rotulação classificatória, o que se acha em jogo é a desobstrução metodológica do acesso ao conhecimento histórico da sociedade brasileira.<sup>38</sup>

*O escravismo colonial* teve sucesso, o que demonstra o fato de sua reedição durante a década de 1980 e o relançamento agora em 2011. Assim, e por sua interpretação economicista ortodoxa do marxismo, é cabível pensar que o estudo de Jacob Gorender não poderia originar apenas reações positivas.

Autores como Ciro Cardoso, contrários a um livro que é uma “[...] espécie de tratado de Economia Política, não propriamente um livro de História”<sup>39</sup> externaram seus contrapontos ao conhecido militante mesmo muitos anos depois da publicação do livro. Sidney Chalhoub, como veremos mais detalhadamente depois, critica a “ligação” de Jacob Gorender com a chamada “teoria do escravo-coisa”. Não podemos esquecer também dos autores e autoras que, mesmo não entrando em “confronto direto” com o autor de “*O escravismo colonial*”, partiam de pressupostos diversos dos seus para interpretar o mesmo fenômeno, dentre os quais podemos citar a historiadora Kátia

---

<sup>37</sup> Idem, p. 15.

<sup>38</sup> Idem, p. 20.

<sup>39</sup> CARDOSO, Ciro. Entrevista. IN: MORAES, José; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 221.

Mattoso, autora de “*Ser escravo no Brasil*”<sup>40</sup>, obra bastante criticada posteriormente pelo historiador baiano, bem como João José Reis, aluno de Mattoso, o qual escreveu livros como “*Negociação e conflito*”<sup>41</sup> (com Eduardo Silva) e “*Rebelião escrava no Brasil*”<sup>42</sup> (tese de doutorado defendida originalmente em 1982) que constituem estudos marcados pela presença da resistência negra.

A reação de Gorender às críticas recebidas (embora ele tenha grangeado também muitos seguidores, entre os quais, por exemplo, os historiadores Mario Maestri e Philomena Gebran) se materializará no ano de 1991, novamente em forma de livro: “*A escravidão reabilitada*”<sup>43</sup>. Em tal obra, no lugar da interpretação estrutural do passado brasileiro, realiza um estudo sobre as tendências então recentes da historiografia brasileira sobre a escravidão (e, em especial, as contrárias ao autor).

Esta intenção crítica está sintetizada abaixo:

Meu propósito é o de examinar o procedimento analítico que conduziu a redesenhar o perfil da escravidão com o objetivo explícito ou tácito de reabilitá-la. Daí a atenção temática seletiva, sem pretensões de balanço geral. Porque a escravidão brasileira continua a atrair pesquisadores nacionais e estrangeiros e, nos últimos anos, foi objetivo de quantidade elevada de teses acadêmicas, artigos de revistas e jornais e livros especializados. Fato positivo, em si mesmo, uma vez que a quantidade alcance o teor de massa crítica que se converte em nova qualidade.<sup>44</sup>

Em seu livro publicado no alvorecer da década de 1990, Jacob Gorender percorre uma ampla bibliografia referente à escravidão, através de uma divisão temática que contempla as grandes teses que concernem tal problema, podendo ser citadas: a brecha camponesa (ou seja, o espaço destinado para os escravos cultivarem lotes de terra dos senhores tendo em vista o seu consumo ou venda no mercado), o abolicionismo, a violência, a família escrava e as variedades do ser escravo. Tais tendências não são recebidas, por Gorender, com muito entusiasmo, pois reprova os referenciais com que dialogam, como podemos perceber na citação a seguir:

O estudo da escravidão por historiadores, sociólogos e antropólogos foi

<sup>40</sup> MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

<sup>41</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>42</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>43</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

<sup>44</sup> Idem, p. 18.

afetado pelas tendências chegadas não só dos Estados Unidos, onde se concentra a maior massa de trabalhos sobre o escravismo nas Américas. Os ventos também sopraram de Paris e Londres. E sopraram com força na mesma direção de ataque ao marxismo.<sup>45</sup>

Na mesma linha de comentários que o autor tece sobre as tendências recentes no pensamento social, atentamos para o seguinte comentário, referente à produção de Edward Thompson (autor que, como mostraremos depois, é influência importante na renovação historiográfica brasileira da década de 1980), comentário que é um indício para entender as orientações teóricas que assume. Citamos:

Embora não se trate de identificação, as mencionadas tendências francesas [Nova História] possuem pontos comuns com o *culturalismo* de Thompson, e tudo isto podia ser amalgamado na mesma orientação historiográfica.<sup>46</sup>

É a partir daí, como veremos, que o objeto desta pesquisa vai se constituir, porém é necessário apresentarmos antes os outros envolvidos na contenda. Ei-los agora.

Sílvia Hunold Lara é uma historiadora ligada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição de ensino superior em que leciona desde 1986. Infelizmente, não obtivemos dados de sua história de vida e o que encontramos permite apenas (mas não com menor importância para esta pesquisa) acompanhar sua biografia acadêmica. Como veremos adiante, houve a mesma dificuldade em relação à trajetória não acadêmica de Sidney Chalhoub. Para nossa reconstituição breve do histórico dos autores, utilizamos suas obras principais escritas durante o período em que polemizaram (bem como uma recente entrevista com Sidney Chalhoub), nas quais os mesmos expõem os caminhos de sua trajetória acadêmica, bem como as questões candentes do momento político que vivenciaram.

Lara foi graduada (1977) e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Fernando Novais. Sua tese de doutoramento, intitulada “*Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*”<sup>47</sup>, foi defendida no ano de 1986, sendo publicada como livro dois

---

<sup>45</sup> Idem, p. 16.

<sup>46</sup> Idem, p. 17.

<sup>47</sup> LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

anos depois, pela Editora Paz e Terra, na Coleção “*Oficinas da História*”, dirigida pelo seu colega Edgard De Decca<sup>48</sup>.

Que questionamentos a então estudante de História Sílvia Lara realizou?

Na entrevista fílmica inédita concedida à Profa. Regina Xavier durante o 5º Encontro *Liberdade e Escravidão no Brasil Meridional* (P. Alegre, 12 de maio de 2011) encontramos algumas pistas de sua trajetória acadêmica.

Ela lembra que o enfoque marxista era importante na universidade nesse momento e, como aluna de História Moderna, (por volta de 1974-1975) deparou-se com as relações entre a servidão e as guerras de religião e daí perguntou-se porque a escravidão, sendo um trabalho compulsório, não provocara algo semelhante. Sua formação vinha da bibliografia clássica sobre escravidão; a violência do senhor era vista como castigo, mas a violência do escravo era crime. E segundo Fernando Henrique Cardoso, o crime, a violência, era o “ato humano” do escravo. Quer então entender a questão da violência dentro da dinâmica da escravidão, da lógica senhorial e como se exercia o domínio do senhor sobre o escravo. Sua questão não era mais “a escravidão”, mas como se exerceu o domínio sobre o escravo.

Dedicara-se a examinar a documentação escrita, especialmente os processos criminais desde o século XVII (na região de Campos, no atual estado do Rio de Janeiro), e nesses processos encontrou coisas que os escravos faziam e indicações de sua vida social que jamais poderia imaginar, que contribuíram para que entendesse quem eram estes escravos, quais as suas experiências. A partir daí mudou sua ótica sobre a escravidão e passou a pensar qual seria a visão escrava da escravidão e a influência dos historiadores marxistas britânicos nessas reflexões foi inegável. Esta foi a origem de sua tese *Campos da violência*. Esta pesquisa teve desdobramentos e um deles foi procurar entender o que é a escravidão no mundo do Antigo Regime, entender a presença do escravo no mundo colonial e, na sequência a dos libertos e forros. Silvia Lara explica que entrou nesta temática pelas “frestas” da documentação, principalmente as leis, justiça, processos, etc.

Ao estudar, então, a escravidão, ela percebeu uma recorrência no que se escreveu

---

<sup>48</sup> Doutor em História pela USP, Edgard De Decca leciona na UNICAMP desde 1977. Não é inocente a publicação da obra de Lara na coleção dirigida pelo autor citado: o fato de seu livro ter sido publicado pela Editora Paz e Terra na *Oficinas da História* pode ser interpretado como um indício de qual linha o mesmo segue, pois – segundo De Decca – na mesma foi buscada a divulgação da “[...] *bibliografia internacional que se dedicava a esse tipo de história ‘vinda de baixo’*”. Cf. DE DECCA, Edgard. Entrevista. IN: MORAES, José; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. pp. 263-287.

sobre este tema: a relação entre violência e escravidão. Esta questão vai marcar rumos em sua pesquisa e será eixo da polêmica historiográfica com Gorender.

Em seu livro “*Campos da violência*”, a historiadora observa:

Apesar de imagens tão variadas, ligadas a diferentes propostas políticas e ideológicas, podemos afirmar que o pano de fundo comum a todo o conjunto da bibliografia é a relação entre violência e escravidão. Negada diante do caráter paternal da instituição ou de uma pretensa tradição pacífica da história brasileira, denunciada com paixão nos discursos abolicionistas, acentuada ou atenuada na comparação com outras Colônias, todos se referem de forma recorrente à violência.<sup>49</sup>

Sua análise, como veremos na próxima citação, difere do muito que já se escrevera – e aqui podemos citar uma diversa produção, que abrange nomes como Gilberto Freyre, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Jacob Gorender, para citar alguns – sobre a violência do regime escravista. Vejamos o que a autora do livro citado escreve:

Mais que definir seu grau de incidência, descrever seus procedimentos, estudar suas ocorrências particulares, ou discutir a qualificação do cativo como “suave” ou “cruel”, procuramos penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática. Ultrapassando a simples descrição dos castigos e a denúncia veemente da violência em termos gerais para perguntarmos pela sua especificidade, mergulharmos nas vivências senhoriais e escravas da escravidão, na dinâmica de seus confrontos cotidianos, nas relações de luta e resistência, acomodamentos e solidariedades vividos e experimentados por aqueles homens e mulheres coloniais.<sup>50</sup>

Retornamos aos escritos de Lara para conhecer como ela sintetiza seu entendimento sobre a escravidão brasileira. Acreditamos que através da comparação que a mesma empreende no texto que logo será citado, podemos compreender seu posicionamento:

O fato de se afirmar que a escravidão seja uma relação de dominação e exploração violentas (e é claro que ela é), que a sociedade escravista seja uma sociedade desigual (o que é óbvio), não é suficiente para diferenciá-

---

<sup>49</sup> Idem, p. 19.

<sup>50</sup> Idem, p. 21.

la da sociedade em que vivemos hoje. Nosso mundo também é um mundo de desigualdades (e de desigualdades extremadas); também vivemos relações de dominação e exploração extremamente violentas. Adjetivar a escravidão como violenta, acentuando sobretudo uma ideia de violência absolutamente abstrata, é um procedimento incapaz de diferenciar a escravidão do mundo de hoje. Hoje, a violência não é mais a do chicote do feitor nos ombros do escravo, mas existem atualmente muitas outras formas de violência. Embora elas possam nos parecer muito “naturais” foram, no entanto, construídas historicamente. Hoje regulamos nosso tempo pelo relógio; o operário que chega atrasado tem o tempo de atraso descontado em seu salário.<sup>51</sup>

Da citação acima podemos apreender qual o caminho a historiadora utiliza para definir violência: como já exposto pouco antes, através da especificidade de tal relação na época em que ocorre. Porém julgamos que isto que Lara escreveu pode ser também pensado pelas suas críticas à sociedade contemporânea, afinal, o longo movimento que acentua o caráter violento da escravidão (não negado pela autora) pode conduzir a um duplo erro: ignorar a violência presente na atualidade através do anacronismo. As especificidades do período em que a escravidão foi a relação social mestra do Brasil se apagam ao utilizarmos tão extensivamente um adjetivo que, pela argumentação que a autora propõe, pode muito bem ser aplicado ao tempo presente, período este que, pela naturalização, também comporta uma série de aviltantes práticas de dominação.

O contexto em que Silvia Lara e o logo adiante tratado Sidney Chalhoub escreveram seus trabalhos será melhor detalhado no item 2.2 deste estudo, no qual nos deteremos no contexto sócio-político da época, nas instituições nas quais cada autor atua e nas influências teóricas que receberam na produção do conhecimento.

Em período e espaço institucional semelhante ao de Lara, temos a presença do historiador Sidney Chalhoub. Também docente da UNICAMP, Chalhoub possui uma trajetória inicial diversa da de sua colega, pois faz seus estudos de graduação na Lawrence University, nos Estados Unidos da América (1979) e sua dissertação de mestrado (1984) no nascente Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutorando-se pela UNICAMP em 1989, com a tese “*Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*”, publicada em

---

<sup>51</sup> LARA, Sílvia. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. IN: *LPH – Revista de História*. v.3, n.1, 1992, pp. 225-226.

1990<sup>52</sup>. Tanto no mestrado quanto no doutorado é orientado por Robert Slenes, historiador norte-americano que vem dedicando seus estudos à escravidão brasileira, desenvolvendo a sua carreira neste país.

As instituições que abrigaram no Brasil o então estudante Sidney Chalhoub (e como vimos, Silvia Lara como estudante e como docente), - UFF, USP e UNICAMP- testemunharam um processo então há pouco iniciado e ainda hoje em crescimento no país: a difusão dos programas de pós-graduação em História e a profissionalização do historiador. Não são pequenos os efeitos disso no conhecimento histórico, podendo-se destacar uma mudança de um estilo ensaístico de escrever a história – no qual a intenção era a de produzir grandes sínteses – para um padrão de estudos de teor empírico com delimitação espacial e temporal claras (e mais rigorosas), controlado pelas regras específicas de pesquisa que um programa de pós-graduação exige, espaço este onde as transformações antes referidas sobre a reflexão histórica tiveram seu local principal de discussão e prática historiográfica.

As tendências dessas novas concepções sobre o conhecimento histórico e as demandas desse novo local de produção marcaram muitos historiadores daquela década de 1980 e foram uma das características que diferenciarão radicalmente os trabalhos Sidney Chalhoub e de Silvia Lara dos de Gorender.

Eis o testemunho de Chalhoub sobre o período:

Fiz o concurso de pós-graduação da UFF, e em 1981, comecei a fazer os cursos. A UFF foi uma experiência fantástica. Os seminários eram excelentes e havia aquele momento do país, com as eleições diretas de governadores em 1982, a campanha por eleições diretas para presidente. Havia a sensação de viver esses momentos da história em que o futuro está aberto, pode de fato acontecer.<sup>53</sup>

Percebe-se, no relato de Chalhoub, não só este clima de renovação que envolvia a pós-graduação no Brasil como a articulação entre as mudanças específicas do campo historiográfico e as novas situações vivenciadas na sociedade brasileira, que passamos a examinar como o contexto sócio-político em que o trabalho dos historiadores se desenvolveu: o processo de distensão na ditadura civil-militar, em que novos atores históricos entram em cena. Não podemos esquecer da emergência do Partido dos

<sup>52</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>53</sup> CHALHOUB, Sidney. *História, literatura e legados historiográficos: Entrevista com Sidney Chalhoub*. pp. 185-186.

Trabalhadores (PT), no início da década de 1980 (período em que a historiografia produzida pelos autores que aqui discutimos floresce), representativo de uma “nova esquerda”, contraponto das organizações de viés marxista tradicional ou radical. Não apenas na via partidária temos novidades, pois outros movimentos sociais também ganham destaque nos anos 80: Movimento Negro, Teologia da Libertação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Feminista etc. A história do Brasil passava por mudanças e sua historiografia não passou à margem desse processo.

Citamos Chalhoub:

As aulas e os seminários eram muito quentes e logo surgiram debates internos importantes. Por exemplo, a gente começou a discutir o uso de processos criminais na história social, e havia ainda uma percepção crítica em relação à história do trabalho, muito voltada para a história do movimento operário organizado. Então, como vários pós-graduandos se voltavam para a história da agricultura e para a história da escravidão, queriam exatamente valorizar a experiência de trabalhadores fora dos movimentos organizados, de modo que as fontes cartoriais e judiciais ficaram logo no centro das preocupações de muitos alunos.<sup>54</sup>

Seu tempo e seu lugar são fundamentais para explicar um historiador. Uma nova forma de escrever a história se gestava de acordo com novos problemas que os sujeitos se propunham<sup>55</sup>. Sidney Chalhoub está atuante na UNICAMP, instituição que, como já observamos e veremos adiante, era caracterizada por uma produção historiográfica com influências dos chamados historiadores marxistas britânicos – conhecidos pelo seu comprometimento com a “*história vista de baixo*”, aquela escrita com a intenção de recuperar as experiências históricas dos marginalizados, dos “de baixo”, não apenas quando organizados nas formas clássicas de atuação política (a noção sociológica de *movimento*), mas principalmente em sua sociabilidade cotidiana, nos seus costumes e experiências partilhados em grupo.

Na conclusão de seu livro *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, Chalhoub oferece importantes indícios sobre o que constitui recuperar a experiência histórica dos subalternos e, principalmente, contra que

<sup>54</sup> Idem, p. 186.

<sup>55</sup> Em outro texto seu, neste caso um “*Prefácio à segunda edição*” do seu “*Trabalho, lar e botequim*”, Sidney Chalhoub novamente relembra o “*turbilhão político*” em que pensou e escreveu sua dissertação. O caráter politizado de sua obra não é escamoteado, pelo contrário, sendo claramente explicitado pelo autor: “*Era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico*”. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

tipo de interpretação ele se coloca. Vejamos como o historiador define isto:

Este livro foi uma contestação, mais ou menos explícita ao longo dos capítulos, mas sempre presente, daquilo que batizei aqui de “teoria do escravo-coisa”. Tal teoria – tão difundida na produção historiográfica que é quase supérfluo ficar arrolando nomes de autores – defende a idéia que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de representar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. [...] Procurei demonstrar também que a outra face da teoria do escravo-coisa é a ênfase na rebeldia negra. Apesar das diferenças de formulação, a idéia sempre presente aqui é a de que as práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história.<sup>56</sup>

Dois autores que Chalhoub pretendeu contestar neste seu livro são citados nominalmente: Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender. Os “*autores-protótipo*” da “*teoria do escravo-coisa*” - todos os termos cunhados pelo autor do livro – são contrariados com a justificativa de possuírem problemas tanto na ordem da pesquisa quanto da explicação histórica. Com uma análise desprovida de “[...] *o mínimo de desconfiança* [...]”, ambos os pensadores citados transcrevem em sua literalidade os testemunhos racistas dos séculos anteriores, concebendo *a priori* pensamento e ação dos escravos, ambos no que chama de “[...] *termos de alternância [...] entre passividade e atividade, conformismo e resistência, ou coisificação e rebeldia*”<sup>57</sup>. Sidney Chalhoub – de acordo com afirmações do próprio - busca romper com tais dicotomias, produzindo uma obra em que recupera as “[...] *visões ou percepções* [...]” dos atores históricos, através das suas experiências.

O professor da UNICAMP terá uma nova oportunidade de fazer a sua crítica à chamada “*teoria do escravo-coisa*” em novembro de 1990, através das páginas da *Folha de São Paulo*, na qual Chalhoub publica então uma resenha do já citado “*A escravidão reabilitada*”, de Jacob Gorender. Jacob Gorender e Sílvia Lara darão continuidade à controvérsia que a partir daí se estabelece através do jornal, levando a discussão de um tema “acadêmico” sobre o conhecimento histórico para o âmbito do público leitor não especializado na matéria, circunstância que examinaremos no item 2.4 desse capítulo.

---

<sup>56</sup> Idem. pp. 249-250.

<sup>57</sup> Idem, p. 250.

Como já apresentado anteriormente, Jacob Gorender busca conhecer o caráter da formação social brasileira – através de um enfoque materialista – para os fins de sua atividade política de transformação da sociedade, enquanto um militante comunista. Não é demasiado lembrarmos que a escrita de *O escravismo colonial* se deu durante a década de 1970, tendo sido pensada enquanto o autor se encontrava preso, dado a sua atuação política subversiva para a Ditadura Civil-Militar que então assolava o país.

Sílvia Lara e Sidney Chalhoub, como já observamos antes, também escrevem livros que testemunham as questões de seu tempo. Suas obras se inserem em um período marcado pela profissionalização gradual do seu ofício, através dos emergentes programas de pós-graduação em História, no âmbito das universidades brasileiras. Tão importante quanto este aspecto é a influência, também já comentada, das particularidades políticas vivenciadas por eles: um país em processo de redemocratização, com a emergência de uma série de novas formas de ação política e social.

Localizados em tais processos, ambos não escrevem uma história como a de antes, a qual, como era cercada por diferentes contextos, propunha outras questões e produzia distintas respostas.

Conhecidas, de maneira breve, as trajetórias dos historiadores em estudo e um pouco do contexto teórico e sócio-político da época em que escreveram, nosso próximo passo será abordar de maneira mais detida os espaços em que estes historiadores atuam, relacionando assim a sua produção com o tipo de história que se produz em suas instituições partidárias ou acadêmicas e com os debates que marcaram seu tempo.

## 2.2 LUGARES DE COMBATE: OS DEBATES NO PARTIDO COMUNISTA E AS VIVÊNCIAS NO AMBIENTE ACADÊMICO

Muito já se escreveu sobre a escravidão brasileira, sendo extensa a produção historiografia sobre tal tema, partindo de variados enfoques e orientações teóricas, focando-se em múltiplas faces do fenômeno: a família escrava, biografias e trajetórias, a religiosidade, a vida cotidiana, demografia, tráfico transatlântico, tráfico interno etc. Não é a nossa intenção discutir tão rica bibliografia, mas tentar inserir nosso objeto na totalidade de que faz parte, conhecer as condicionantes históricas suas.

Os autores que aqui estudamos também dedicam uma parte importante ou mesmo central de sua produção intelectual ao estudo das relações de trabalho

escravistas no Brasil. É necessário então conhecermos, para melhor responder aos problemas que nos colocamos nesta pesquisa, qual o espaço em que Jacob Gorender, Sílvia Lara e Sidney Chalhoub respectivamente realizam sua produção de conhecimento referente à escravidão no Brasil incluindo aí no que se diferenciam do que antes se produzia, no que se aproximam, em quais debates se inserem. Examinar estas questões é o objetivo deste subcapítulo.

As contribuições de Jacob Gorender ao estudo da escravidão no Brasil não causaram discordâncias consideráveis apenas entre os autores objeto de nossa pesquisa. Ao lembrarmos que a produção de Gorender (especificamente *O escravismo colonial*) se insere em um debate de maiores dimensões – referente à economia colonial – podemos compreender de quais destes debates seu itinerário intelectual se aproxima.

Dividimos aqui os debates sobre a economia colonial em quatro vertentes: feudalismo brasileiro, antigo sistema colonial, modo de produção escravista colonial, antigo regime nos trópicos. Este último momento não nos interessa aqui, estamos cientes de sua relevância na historiografia brasileira mais recente, porém é posterior à polêmica que atentamos. Mesmo em relação aos outros modelos explicativos, não pretendemos mais que enunciar sinteticamente seu conteúdo.

Precisamos localizar a emergência da teoria do escravismo colonial em relação ao que já se escrevia antes sobre a economia do Brasil Colônia, neste caso temos tanto a chamada tese do caráter feudal da colônia brasileira, que surge dentro dos quadros do PCB, quanto a tese do antigo sistema colonial, tributária de Caio Prado Jr. (este em oposição a interpretações “mecânicas” do passado) e Fernando Novais (intelectual ligado à USP). De acordo com Andrés Ferrari e Pedro Cezar Fonseca o proposto modelo feudal de economia:

[...] vinculava-se à “matriz ortodoxa” que procurava ajustar o curso histórico – através de uma “estranha e anti-científica maneira de interpretar os fatos”[...] - nas etapas de modos de produção mencionadas por Marx na **Crítica** de 1859, os quais todos os países deveriam atravessar antes de – ou para poder – chegar ao socialismo.<sup>58</sup>

O que leva uma produção historiográfica a assumir as características citadas por

---

<sup>58</sup> FERRARI, Andrés; FONSECA, Pedro Cezar. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. IN: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 32, n.1, jun. 2011. p. 164.

Ferrari e Fonseca? Para responder tal questão devemos compreender historicamente como se gesta a reflexão intelectual do PCB, ou seja, precisamos investigar o que era tal partido quando emergiram tais teses, na década de 1960. Para termos uma idéia do “quadro geral” do partido, citamos Daniel Pécout:

De 1954 a 1964, este partido foi adquirindo um papel crescente na estruturação do movimento nacionalista. Elaborou teses que se situaram no centro dos debates intelectuais. Propôs uma visão da “revolução brasileira” que, em muitos aspectos, gerou uma espécie de senso comum a partir do qual se reconheciam os intelectuais progressistas: mesmo que alguns deles duvidassem da validade dessas teses, eram obrigados a se posicionar em relação a elas. Em torno do Partido Comunista e de sua interpretação do nacionalismo formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964; de fato, talvez tenha sido em 64-68 a época de sua maior influência.<sup>59</sup>

A “*visão da revolução brasileira*” mencionada acima encontrava expressão nas teses que também são lembradas por Pécout. Porém, não era qualquer revolução a que era proposta, portanto as teses que davam sustentação intelectual a este projeto também não podiam ser de qualquer tipo.

Devemos lembrar aquilo que foi chamado, pejorativamente, de **etapismo** (muito bem sintetizado na citação de Ferrari e Fonseca, acima). Em tal concepção histórica era postulado que as sociedades humanas todas possuíam um desenvolvimento, por modos de produção, determinado e igual, o qual seguia tal curso: escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo. Para chegar à etapa socialista, era necessário desenvolver as forças produtivas no capitalismo. Tal será a postura recomendada pelo PCUS e seguida no Brasil, através da cooperação com a burguesia nacional em busca da industrialização brasileira.

Tal atividade política acompanha também um esforço para pensar a sociedade (em especial o seu processo histórico). Gorender avaliará a produção teórica do PCB, referente à realidade brasileira, de forma não muito positiva, como podemos ler em suas palavras:

Só comecei a ter plena liberdade de criação intelectual depois que saí do PCB. Não que o PCB me proibisse de conceber um Modo de Produção

---

<sup>59</sup> PÉCOUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 141.

Escravista Colonial. É possível que tivesse tal concepção, publicasse o livro e isso não criasse problemas maiores, ou, pelo menos, não criasse um conflito. Mas não havia somente a questão da linha política que era etapista – que concebia um período feudal no Brasil. Havia também a introjeção dessa linha dentro de mim. Nós realizávamos a autocensura. A impossibilidade criativa, nesse particular, não vinha só da imposição da linha política e das concepções praticamente oficiais, como também das introjeções dessas idéias e da autocensura que fazíamos. Foi indispensável me libertar disso.<sup>60</sup>

Em tal período de repressão política, os comunistas foram enfraquecidos politicamente, como atesta Gorender na mesma fonte:

[...] com o PCB, o que aconteceu? Depois de 1964, com a ilegalidade em que caímos, isso criou uma situação de decepção...uma situação de desorientação também, e fez com que membros do PCB e de outras numerosas organizações surgidas então... fazendo com que a esquerda se fragmentasse.[...] E essa fragmentação só pode ser nociva à esquerda devido à falta de união.

Dentro de tal situação fragmentária, de fato a esquerda se enfraqueceu, sendo muitos de seus adeptos vítimas da arbitrariedade política, como já expusemos na breve “biografia” de Gorender, presente no item 2.1. O que era segundo Pécout, o bastante forte PCB, acaba dividindo-se em uma série de siglas partidárias, todas imbuídas de seu próprio caminho revolucionário.

A atuação formal dos comunistas também se modifica. Antes alinhados com os dirigentes soviéticos, agora os militantes brasileiros possuem outros exemplos revolucionários (bastante diversos) em que se espelham, filhos de uma nova conjuntura, talvez mais alinhados com a esperada revolução a ocorrer no Brasil. Segue depoimento de Gorender:

E, além disso, havia a influência da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa, que tinham sido vitoriosas pelas armas. A Revolução Cubana foi vitoriosa em 1959 e o golpe ocorreu em 1964 (cinco anos depois); a Revolução Chinesa foi muito antes... Tanto que naquela época, o PCdoB mandava seus estudantes estudarem na China, depois eles voltavam com as idéias chinesas na cabeça. Mais adiante, Cuba passou também a acolher brasileiros que iam fazer curso de guerrilha lá e depois voltavam ao Brasil...muitos morreram nessa volta.

---

<sup>60</sup> GORENDER, Jacob. Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorender). IN: *Revista Arrabalde*. Ano I, n° 2, set./dez. 1988. p. 147.

As revoluções sacudiam áreas periféricas de diferentes lugares do globo, países eram descolonizados na África e o Brasil (bem como o resto da América Latina) era assolado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. Este quadro político, interpretamos, influencia na revisão de teses consolidadas sobre o passado. Novas interpretações, para melhor compreender este novo cenário, são necessárias. O autor que por ora estudamos não se furta tal tarefa.

Jacob Gorender se insere nos debates referentes ao caráter da economia colonial com a publicação, em 1978, do seu *O escravismo colonial*. O motivo de sua tentativa de compreender tal aspecto do passado é expressa pelo mesmo quando entrevistado:

Eu acredito que nas “Reflexões metodológicas”, que compõem a introdução do meu livro *O Escravismo colonial*, esteja bastante claro o motivo da escolha do tema, decorrente da metodologia marxista, que coloca o modo de produção como o sistema básico da formação social.<sup>61</sup>

Temos aqui uma nova interpretação para a formação social brasileira. Surgida em um conturbado contexto político, a ideia de um modo de produção historicamente novo, com suas leis e tendências emerge. Jacob Gorender não foi o único a escrever sobre o passado de relações escravistas no Brasil. Gilberto Freyre, na década de 1930, já lançava seu livro “*Casa Grande & Senzala*”, obra esta que será comentada por Gorender e, segundo este, posteriormente “reabilitada” por uma série de historiadores durante a década de 1980. Quem são estes “reabilitadores”? Logo saberemos, por ora cabe lembrar mais alguns momentos desta rica e importante temática do pensamento social brasileiro.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a interpretação de Gilberto Freyre é combatida por um grupo de pesquisadores ligados à USP. A Escola Sociológica Paulista, que abarcava intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa e Florestan Fernandes, busca denunciar o quadro de mazelas entre os negros, escamoteado pela tese da democracia racial, cara ao intelectual pernambucano. Através de um enfoque materialista, os sociólogos (e a historiadora) de tal grupo atentam para o caráter violento do regime escravista, o qual explorava seus trabalhadores ao limite da coisificação. Tal expressão, como veremos no item 2.4, causou controvérsias entre os historiadores vindouros. Frente a um quadro em que os explorados são tidos como

---

<sup>61</sup> GORENDER, Jacob. Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorender). IN: *Revista Arrabalde*. Ano I, n° 2, set./dez. 1988. p.137.

“coisas”, uma nova interpretação surgirá, enfocando nos modos com que os subalternos resistem, negociam e buscam melhorias em sua situação, enfim, são sujeitos de si. Agora conheceremos esta modificação na forma de pensar o social (e os ambientes em que esta surge).

As contribuições de Sidney Chalhoub e Sílvia Lara aos estudos sobre trabalho escravo no Brasil se gestam em uma instituição diversa da de Gorender. Ambos se inserem no processo de organização e expansão dos programas de pós-graduação em História no Brasil, o que causa uma influência (e modificação) considerável no modo com que a História é escrita no país. Ao contrário do autor de *O escravismo colonial*, ambos são “historiadores de profissão”, formados nos quadros da academia, respondendo a demandas distintas das características do Partido Comunista (ou de dissidências críticas do mesmo). Chalhoub e Lara estudaram em instituições diferentes, o que também já foi mencionado, porém atuam profissionalmente no mesmo local, a Universidade de Campinas.

Cabe agora comentarmos a forma como na UNICAMP se pesquisa e escreve a História. Edgard de Decca, professor desta instituição e ex-estudante de graduação da USP, escreve sobre isto.

Questionado sobre a predominante influência da historiografia francesa em sua graduação, nos mostra qual tradição orientava a produção dos autores ligados à UNICAMP (ou ao menos que linha de pensamento era almejada pelos mesmos):

Na verdade, quem introduziu uma vasta literatura inglesa nos cursos universitários de História fomos nós da UNICAMP. A UNICAMP de fato não seguiu a escola francesa dos *Annales*, que dissimulava a luta de classes. Nós queríamos uma escola historiográfica que falasse da luta de classes e isso era a escola inglesa; a história marxista dos historiadores ingleses.<sup>62</sup>

A proposta em questão, prossegue De Decca na mesma entrevista, é a da formação de “[...] *um campo à margem da História da USP*”. De acordo com o citado historiador, a UNICAMP é uma alternativa de inovação com relação à USP, a qual, com a “[...] *hierarquia que por lá reinava [...]*”, não possuía o espaço político adequado para

---

<sup>62</sup> DE DECCA, Edgard. Entrevista. IN: MORAES, José; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. pp. 267-268.

uma reformulação, para o entrevistado, necessária.

Quais os efeitos historiográficos da desejada mudança de ares? A modificação do que o autor chama de “*perspectiva mais tradicional*”, como o próprio relata, se expressa nos estudos sobre vida cotidiana, sociabilidade fora das fábricas, cultura popular e escravidão. Novos intelectuais entram em cena na UNICAMP, como os americanos Michael Hall, Robert Slenes e Peter Eisenberg e a brasileira Déa Fenelon, aos quais é creditada parte da responsabilidade pelas novidades. A intenção do “grupo” era recuperar a memória dos trabalhadores, através de novos questionamentos:

Essas posturas muito inovadoras estavam sendo esboçadas naquela época e apontavam para uma perspectiva nova na área da pesquisa histórica. A UNICAMP procurava dar respostas a essas mudanças ecoando até as transformações do conjunto da sociedade [...] o que nos orientou, do ponto de vista historiográfico, foi centrarmos toda a atenção no resgate daqueles que estavam “por baixo da história”, mas não como personagens coadjuvantes da história.<sup>63</sup>

Eis uma das principais problemáticas reivindicadas por Lara e Chalhoub em variados momentos de sua produção: o protagonismo dos sujeitos históricos, não mais “vítimas passivas”, porém agentes do seu “fazer-se”, para utilizar um termo thompsoniano. Inseridos no mesmo lugar de produção que os historiadores já citados na entrevista de De Decca, aqueles dois autores também recebem influências semelhantes, comungam de leituras e discussões, as quais, como fica claro na citação acima, são comprometidas com a chamada “história vista de baixo”, focadas em personagens históricos subalternos, como trabalhadores operários e escravos, por exemplo.

Por que surge esta mudança de foco na historiografia produzida? Para responder esta questão é necessário contextualizá-la.

Lembraremos aqui da época em que Sílvia Lara defende a sua tese, o ano de 1986 e, em que, um pouco antes (1984), Sidney Chalhoub defendia sua dissertação de mestrado. Ocorreu em tal período a emergência de uma nova agenda de problemas posta aos historiadores que implicou deslocamentos às vezes radicais no campo teórico da reflexão histórica que vinha se produzindo até então.

Anteriormente se apresentavam estudos de enfoque estrutural, baseados muitas vezes em modelos macroeconômicos, em que a determinação material, em última

---

<sup>63</sup> Idem, p. 271.

instância, era a tônica, não raro sendo presentes conceitos como “base” e “superestrutura”, posteriormente sendo fortemente criticados.

Emergência dos sujeitos e suas ações, matizando as determinações das estruturas; a valorização das experiências dos agentes históricos; a difusão da história de baixo para cima; a vida cotidiana pensada também como significativa para a explicação histórica são algumas das transformações notáveis na forma de investigar o passado, transformações que ocuparam e vem ocupando muitas páginas das discussões teóricas e historiográficas no mundo ocidental e, no que interessa a este trabalho, na circunstância brasileira<sup>64</sup>.

Sem pretender aqui desenvolver estas profundas transformações seja quanto às suas origens, seja quanto a seus desdobramentos, cabem, no entanto, algumas observações que são mais necessárias para este trabalho de conclusão.

Para este novo momento de produção historiográfica, e por sua singular contribuição, devemos destacar a influência central do pensamento dos chamados historiadores marxistas britânicos, especialmente de Edward P. Thompson, configurando o que Sidney Chalhoub chamará de uma “thompsomania” na UNICAMP, até então inexistente em outros ambientes brasileiros. O historiador britânico teve a tradução de suas obras desenvolvida por professores de História daquela Universidade. Como já referimos anteriormente, na Coleção *Oficinas da História* temos a coordenação de Edgar de Decca, tradutor do clássico “*A formação da classe operária inglesa*”, bem como a presença de alunos da pós-graduação em História da citada universidade na promoção de outras obras de Thompson, como “*Costumes em comum*” (com Antonio Negro no grupo de revisores técnicos)<sup>65</sup> e “*As peculiaridades dos ingleses*”<sup>66</sup>.

Na influência de Thompson, que estuda aquilo que ficou conhecido como “o fazer-se da classe operária inglesa”, podemos reconhecer a preocupação de muitos historiadores brasileiros com a maneira como concretamente homens e mulheres

---

<sup>64</sup> As modificações citadas, cabe o destaque, não são exclusivas dos estudos de escravidão, sendo presentes também na produção referente ao trabalho operário. É interessante comparar como as modificações em ambas as temáticas se assemelham, o que nos sugere pensá-las mais no que se aproximam do que em suas distâncias. Cf: BATALHA, Cláudio Henrique. *Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; COSTA, Emília Viotti da. *Experiência versus estruturas*. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? IN: *História Unisinos*. Número especial julho/dezembro 2001, pp. 17-51; LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. *Projeto História*. São Paulo (16): 25-38, fev. 1998.

<sup>65</sup> THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>66</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *E.P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

experimentam suas relações sociais, especialmente as de exploração, e atribuem sentido às mesmas, construindo identidades.

A chamada “história de baixo para cima”<sup>67</sup> torna-se um campo em franca ascensão nos bancos universitários e simpósios acadêmicos do Brasil. Não que os explorados já não fossem objeto de atenção dos pesquisadores nacionais, mas há um importante deslocamento. De uma história construída sob a ótica da classe “de cima”, a atenção volta-se para aqueles que tinham sido praticamente excluídos desse conhecimento. Além do foco nos movimentos dos subalternos, passa-se à atenção na cultura da classe, nas sociabilidades e sensibilidades destas, em suma, no que já foi escrito aqui (e será retomado depois), nas experiências concretas e percepções dos sujeitos históricos antes desconsiderados.<sup>68</sup>

Termos como “cotidiano”, por exemplo, tornam-se presentes nos títulos de produções de historiadores brasileiros do mesmo período<sup>69</sup>. O que buscam interpretar sobre o passado (e, talvez, sugerir para o presente) os autores que utilizam tal enfoque? Percebemos nos historiadores que estudam as vivências cotidianas uma proposta de conhecer a forma com que os sujeitos históricos – e, em específico novos sujeitos históricos em cena nos escritos do historiador – se defrontam com os problemas de sua realidade e, principalmente, como interpretam tal experiência. Enfim,

Novos atores sociais, constituídos fora dos mecanismos institucionais-estruturais, formas autônomas de organização, resistência e rebelião e novas formas de viver o cotidiano tem forte conteúdo político e não podem ser desconhecidas pelos pesquisadores.<sup>70</sup>

\*\*\*\*\*

No contexto teórico há pouco apresentado se desenvolvem os trabalhos de Sílvia

<sup>67</sup> Tal categoria é tributária, de acordo com Jim Sharpe, ao já citado Edward Thompson, em artigo seu de 1966, intitulado “*The history from below*”. Cf: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp 39-62.

<sup>68</sup> Importante reflexão, de caráter tanto histórico quanto epistemológico, neste sentido podemos perceber em Eric Hobsbawm, porém pensado especificamente para o caso europeu. Cf: HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. IN: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 216-231.

<sup>69</sup> Aqui cabe citar obras como: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001; DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; FAUSTO, Bóris. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984. É importante destacar um ponto em comum entre tais obras: a presença de atores sociais pouco privilegiados pela historiografia em geral até então, quais sejam: trabalhadores e mulheres.

<sup>70</sup> PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. IN: *Caderno de Estudo Programa de Pós-Graduação em História UFRGS*. Porto Alegre, nº 03, 1996.

Lara e Sidney Chalhoub. É preciso lembrar que Gorender viveu estes anos de transformações nas perspectivas teóricas da análise histórica, mas sua antiga e longa formação partidária provavelmente foi responsável por sua permanência numa concepção ortodoxa do marxismo.

Conhecidos alguns dos condicionantes da produção historiográfica de cada autor, agora nossa análise se deterá em algo que, julgamos, possui relação com a emergência deste acirrado debate sobre a escravidão brasileira: a efeméride dos cem anos da abolição da escravatura. Aliada ao processo de mudanças no pensamento e escrita da História no Brasil, tal data também influi no que se publica (e debate) sobre o período escravista.

### 2.3 TEMPOS DE COMBATE: O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

O historiador marxista britânico Eric Hobsbawm, ao comentar as considerações feitas por colegas de profissão em um evento em sua homenagem, lembra isto que é uma variante das referências teóricas deste trabalho de conclusão: a existência de uma relação entre a recepção de determinadas obras e o contexto em que isto ocorre. Nas suas palavras:

Finalmente, eu quis fazer – porque sou marxista – uma análise marxista precisa da recepção destes livros. Às vezes, existe uma relação entre a leitura de livros de intelectuais conhecidos de esquerda e a situação histórica e política em vários países. Me parece, por exemplo, que há certos momentos na evolução de alguns países que facilitam a popularidade de certos tipos de obras, como ocorreu por exemplo na Espanha, na Itália e no Brasil. Eu certamente me sinto beneficiado, pois certas situações não dependem dos méritos do autor, mas da situação concreta e objetiva da recepção destes livros<sup>71</sup>.

O pensamento que Hobsbawm externou na citação acima nos ajuda a pensar alguns aspectos da polêmica que aqui analisamos. Tanto os livros quanto os artigos escritos por nossos contendores têm sua gestação e repercussão relacionada com o período em que foram criados e postos em circulação. Refletimos já – no primeiro capítulo deste estudo – sobre a importante relação entre o historiador e o conhecimento

---

<sup>71</sup> HOBBSAWM, Eric. Comentários de Eric Hobsbawm. IN: *História Social*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, (4/5): 75-76; 1998.

que produz, bem como a inserção deste em sua sociedade, em sintonia com uma série de demandas sociais, de variados matizes (políticos, ideológicos etc.). Neste momento do trabalho discutiremos a conjuntura histórica em que a polêmica se gestou: a do centenário da Abolição.

Para isto, uma pergunta deve ser formulada sobre a divulgação jornalística das discussões que envolveram por um lado Jacob Gorender e por outro Silvia Lara e Sidney Chalhoub: o que teria levado à publicação das perspectivas teórico-metodológicas e discordâncias historiográficas de tais historiadores nas páginas de um jornal de grande circulação? Sabemos que o público-leitor padrão dos historiadores (ao menos no Brasil) se constitui de seus pares e alguns colegas das ciências vizinhas. Por que motivo, então, historiadores tiveram espaço para polemizarem diante de uma grande gama de leitores não-especializados?

Julgamos que tal questão pode ser respondida se atentarmos a uma efeméride ocorrida no período que estudamos, plenamente relacionada ao objeto de disputa: o Centenário da Abolição da Escravatura brasileira em 1988<sup>72</sup>. Jacob Gorender, por exemplo, utilizará tal marco em *A escravidão reabilitada* para a sua análise bibliográfica: o estudo do que se produziu, no âmbito das ciências sociais, nos dez anos anteriores a tal data.

Por que este acontecimento histórico suscitaria tanto debate? Gorender, no livro citado, ensaia uma resposta:

[...] o Centenário da Abolição não foi comemorado, muito menos festejado. Desde passeatas de rua a congressos acadêmicos, os eventos relacionados com a data se salientaram pela tônica da negação: *não houve abolição*. Em vez de festejo – repúdio. Antes de submetê-lo a

<sup>72</sup> Stuart Schwartz argumenta para a importância da data comemorativa no seguinte trecho: “*Em reconhecimento do centenário, brasileiros de todas as raças fizeram um balanço do passado da nação e do papel dos descendentes de africanos dentro dela. A cobertura na imprensa foi abrangente, movimentos políticos procuravam mobilizar a consciência negra e alguns líderes negros se pronunciaram contra qualquer comemoração do que, na opinião deles, parecia um evento vazio, dadas as desvantagens ainda sofridas pelos negros no Brasil. Não obstante, foram criadas inúmeras comissões nacionais para planejar uma série de eventos públicos e acadêmicos. Foram publicados mais de 100 livros, alguns clássicos e outros novos, com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e surgiram outras obras sem tal apoio. Realizaram-se grandes congressos e simpósios acadêmicos por todo o Brasil, e muitas publicações acadêmicas dedicaram edições inteiras à questão da escravidão na vida do Brasil. Durante pelo menos um ano, escravidão e raça chamaram a atenção dos brasileiros e brasilianistas de maneira inédita. [...] O centenário de 1988, portanto, apresentou um bom ponto de observação para que se lançasse um novo olhar às três décadas anteriores de estudos acadêmicos, durante as quais houvera progressos consideráveis no entendimento de como a escravidão funcionava no Brasil e o que significava para a nação e seu povo.*” Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. pp. 21-22.

critérios analíticos, podemos considerar este repúdio um julgamento contemporâneo do fato histórico. Ainda que se conclua pela veracidade historiográfica do julgamento, não há como deixar de reconhecer que a negação expressou atitudes presentes formadas diante de condições presentes. O passado visto pela consciência social da atualidade. [...] O enfoque da abolição emergiu e se configurou a partir da situação atual das massas negras. Discriminação racial e pobreza dos dias de hoje se constituíram em critérios historiográficos e conduziram a concluir: a Abolição não se realizou. Mero engodo, a Lei Áurea proclamou o que não houve<sup>73</sup>.

A velha máxima entre historiadores de que “*toda história é história do tempo presente*” mantém a sua validade neste caso. A questão da discriminação e da exclusão social se coloca como imperativo para interpretar e julgar o passado. E Gorender, militante comunista que é, não se furta a pensar tal fato, problematizando em sua obra quais as imagens da escravidão brasileira vêm sendo formadas no interior da produção intelectual, as quais serão contrapostas, de acordo com ele, com o duro quadro que se apresenta para os negros brasileiros tanto da escravidão colonial quanto os das décadas finais do século XX.

Não é só Gorender quem incorpora diretamente a data histórica como um problema para sua reflexão. Sidney Chalhoub atribui ao epílogo de seu *Visões da Liberdade* o seguinte título: “*A despedida de Zadig, e breves considerações sobre o centenário da Abolição*”<sup>74</sup>. Como tal episódio comparece na obra de Chalhoub? Também fortemente criticado, mas por motivos diferentes. Ao lembrar o embate entre qual das datas seria mais significativa para os negros brasileiros – se a Abolição da escravatura, no 13 de maio, ou a epopeia de Zumbi dos Palmares, no 20 de novembro – o autor busca desconstruir (ou seguir desconstruindo, pois já o fez em todo seu livro, como afirma anteriormente) a interpretação que até então dava o tom do entendimento do passado escravista e que também norteava as próprias disputas “de calendário”.

De um 13 de maio já desmoralizado pelas condições aviltantes que permanecem nos mundos do trabalho (como o próprio autor coloca, há uma substituição dos açoites pelos acidentes de trabalho enquanto técnica de disciplina e mutilação dos corpos)<sup>75</sup>, bem como pelo tom “conciliador e indulgente” do mesmo, parte-se para um 20 de novembro não menos mítico, pois, nas suas palavras:

<sup>73</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. pp. 5-6.

<sup>74</sup> CHALHOUB, Sidney. *A despedida de Zadig, e breves considerações sobre o centenário da Abolição*. IN: *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 249-253.

<sup>75</sup> Idem, p. 251.

Uma das formas de se combater um mito histórico é tentar destruí-lo em seu próprio campo de luta: aceitando a necessidade de mitos históricos com certas características e funções, o que se faz é reforçar um outro mito que represente valores diametralmente opostos àqueles estampados no mito que se quer destruir. Esta é sem dúvida uma forma historicamente recorrente de conduzir lutas sociais, e implica certamente conduzir a luta num campo de possibilidades que é, em larga medida, uma criação dos adversários<sup>76</sup>.

Em 1988, a figura de Zumbi é que é posta de forma mítica. Um mito de cores progressistas, mas ainda pensado pelos atores sociais de então dentro do bojo da “teoria do escravo-coisa”. É o “*escravo-rebelde*” clássico, contraponto do outro extremo, que apenas consegue reproduzir a ideologia de seus senhores.

Ao relacionarmos os comentários de Chalhoub sobre a construção de mitos históricos com o Zumbi dos Palmares cada vez mais em voga nos imaginários engajados o que podemos perceber? Que a apropriação de condições historicamente dadas (e limitadas) de luta social, definidas pelos “adversários”, é uma forma de combate utilizada contra a imposição da data histórica marcada pela “concessão”, através da imposição de um novo marco temporal, o rebelde e combativo 20 de novembro, protagonizado pelo negro Zumbi. Aqueles que buscam, através do processo de insistência na rebeldia escrava representada por Zumbi, colocar em voga uma nova data chave para pensar e representar o passado escravo, “jogam” no campo do “adversário”. Adaptam-se a um campo de possibilidades já posto e mapeado, apropriando-se das brechas e malhas de tal sistema para o seu benefício, sem dúvida de intenções transformadoras.

Através de tal exposição Sidney Chalhoub apresenta a sua interpretação de como os escravos agiam frente às adversidades de sua época. Em outras palavras, as já bastante citadas nesta monografia condições históricas, no caso de possibilidade e limitação social estabelecidas pelos dominantes. De acordo com o próprio:

O fato de muitos escravos terem seguido este caminho não significa que eles tenham simplesmente “espelhado” ou “refletido” as representações de seus “outros” sociais. Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade

---

<sup>76</sup> Idem, p. 252.

dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades<sup>77</sup>.

Ao demonstrar como, em 1988, se deu a luta política dos “de baixo” frente uma data histórica marcada pela concessão, mapeada pelos dominantes, Chalhoub relembra que tal prática se dá nos termos delimitados pelos dominadores. Tal constatação encontra-se com o argumento de sua tese, sobre as ações negras nas últimas décadas de Império: os escravos lançavam mão de muitos recursos que lhes eram disponíveis para construir o que entendiam por liberdade (um conceito polissêmico, como Sílvia Lara expõe no artigo que fecha esta polémica, sobre o qual escreveremos posteriormente) – até mesmo de precedentes abertos dentro do sistema jurídico de então, ou seja, de pontos existentes dentro daquele que é o clássico instrumento de dominação. Por qual motivo o autor lança mão de tal exposição? Segundo o próprio:

Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como Zumbi. Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais *daquela sociedade*. E que os defensores da teoria do escravo-coisa não me venham com a afirmação de que tais opções de luta não são importantes: afinal, combater no campo de possibilidades largamente mapeado pelos adversários é exatamente o que fazem ao insistirem em Zumbi e na rebeldia negra.<sup>78</sup>

Através deste “constrangimento” aos “*defensores da teoria do escravo-coisa*”, Sidney Chalhoub busca valorizar a atuação social de marginalizados de um século atrás, bem como afirmar sua interpretação histórica. Sem dúvida sua escrita da História tem plenas relações com o contexto do fazer político de seu tempo.

Traçadas resumidamente as condições da conjuntura em que se gesta a polémica entre Gorender, Chalhoub e Lara, encaminharemos nossa análise para a “batalha intelectual” entre os autores, na qual se colocavam em causa diferentes versões sobre o

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> Idem, pp. 252-253.

passado escravista brasileiro, bem como duas formas de se escrever a história.

#### 2.4 A POLÊMICA EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO: CONFRONTO NAS PÁGINAS DA *FOLHA DE SÃO PAULO*

Como visto anteriormente, mudanças ocorreram na forma com que se escrevia a História no Brasil. Os estudos sobre escravidão não passaram incólumes por tal processo, sofrendo renovação também. O novo “estado da arte” leva Gorender a escrever o seu *A escravidão reabilitada*, livro não sobre a “escravidão em si”, porém sobre a historiografia produzida referente a este tema. Seu livro merecerá uma resenha de Sidney Chalhoub, nas páginas da *Folha de São Paulo*, com o título “*Gorender põe etiquetas nos historiadores.*” (24/11/1990) As citações neste subcapítulo são todas das publicações de Chalhoub, Gorender e Lara no jornal, sendo adiante referidas, não sendo assim referenciadas a cada momento<sup>79</sup>. Quando citarmos algo diverso destes específicos escritos, indicaremos.

O debate historiográfico sobre duas das interpretações do fenômeno escravista no Brasil atinge o espaço público: sai das salas de aula dos programas de pós-graduação e invade as páginas de um dos periódicos de maior circulação no país. A *Folha de São Paulo*, que, entre os meses de novembro de 1990 e janeiro de 1991, publicou a referida resenha crítica de Sidney Chalhoub, recebeu a réplica de Jacob Gorender e a tréplica de Sílvia Lara. O que era um debate se faz uma polêmica!

Sidney Chalhoub acusa Jacob Gorender de “etiquetar” os historiadores”, como fica claro para o leitor no nome atribuído à sua resenha: “*Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores*”. A acusação empreendida pelo historiador carioca se opera através de uma comparação de Gorender com Simão Bacamarte, personagem fictício criado por Machado de Assis em uma de suas mais famosas estórias: “*O Alienista*”. Eis como Chalhoub compara o sujeito real e o personagem literário:

No conto de Machado de Assis, Bacamarte quer estudar profundamente a loucura, determinar-lhe os diversos graus, classificar-lhe os casos etc., num procedimento taxonômico bastante característico do século 19. Em “*A Escravidão Reabilitada*” (sic), a monomania classificatória se ocupa dos historiadores que se atreveram a escrever sobre a história da

<sup>79</sup> Destacamos que ambos os artigos publicados por Gorender, Chalhoub e Lara na *Folha de São Paulo*, objeto aqui em questão, encontram-se digitalizados, em ordem de sua publicação, nos anexos deste trabalho, tendo em vista o acesso à fonte para verificação.

escravidão e da abolição no Brasil em anos recentes – especialmente depois de 1978, ano em que Gorender fez saber ao mundo que havia descoberto as leis eternas e imutáveis que regiam o funcionamento do modo de produção escravista colonial.

De acordo com Sidney Chalhoub, Gorender, em sua sanha de classificar os historiadores, encontra uma maioria de “reacionários”. Tais “reacionários” seriam aqueles que empreenderam uma “reabilitação” das ideias defendidas por Gilberto Freyre em seu clássico *“Casa Grande & Senzala”*, quais sejam: o paternalismo na escravidão brasileira e o mito de democracia racial.

Cabe atentar para a linguagem que é utilizada por Chalhoub ao comentar o objetivo de Gorender na escrita de *“A Escravidão Reabilitada”* (título da obra este que, sempre que é referido na resenha, é acompanhado da expressão “sic”, já denotando reprovação às ideias expressas pelo autor).

Segundo Chalhoub, o objetivo de Gorender é “[...] *explicar a seus leitores aquilo que ele realmente acha, e achou desde sempre, sobre este ou aquele aspecto da história da escravidão.*”

A ridicularização dos pressupostos de Jacob Gorender segue junto à comparação continuada deste com Bacamarte, no momento em que Chalhoub diz que o militante comunista, ao contrário do médico alienista da literatura brasileira, não procede pela pesquisa empírica e teste de teorias. Enquanto Simão Bacamarte testava seus pressupostos teóricos na observação empírica, reavaliando a validade de suas teses quando necessário, Jacob Gorender, nas palavras de Sidney Chalhoub:

[...] nunca fez uma pesquisa histórica prolongada nos arquivos da escravidão brasileira – limitou-se, até hoje, a ler alguns documentos impressos e livros de viajantes –, e então fundamenta seus procedimentos de crítica historiográfica no truque e na pilhagem.

Da crítica de “não familiaridade” com o trabalho empírico – marca fundamental no *métier* do historiador - o autor passa a caracterizar o método de Gorender como uma “ventriloquia”. O próprio Chalhoub explicará sua metáfora: “[...] *trata-se da arte de fingir que é um outro sujeito quem fala, quando na realidade é ele mesmo quem está falando. O método permite que o autor reconstitua os argumentos dos outros a seu bel-prazer.*” A ventriloquia serviria a Gorender para, principalmente, esquecer o que havia escrito outrora, não reconhecer ideias anteriormente defendidas sendo “[...] *o outro dele*

*mesmo.*” O uso da ventriloquia mascara a contradição, de acordo com Chalhoub, das afirmações de Gorender em suas duas obras sobre a escravidão: *O escravismo colonial* e *A escravidão reabilitada*.

O autor da resenha utiliza uma citação de *O escravismo colonial*, afirmando que Gorender as tinha omitido, falseando assim o que afirmara ali, na dita obra. Através dos trechos selecionados, segundo Sidney Chalhoub, podemos aproximar, por meio do truque da ventriloquia em si mesmo, Gorender da teoria do escravo-coisa – o que este nega. O “*método da pilhagem*” que Gorender se utilizaria, pelas palavras de Chalhoub, na sua crítica historiográfica: “[...] *consiste na prática gorenista de pinçar documentos isolados de seu contexto para 'comprovar' as leis do modo de produção etc.*”. Eis os trechos que, como mencionados por Chalhoub, comprovariam a ventriloquia do autor de “*A escravidão reabilitada*” (“esquecidos” por este, para citarmos o historiador carioca):

Seu comportamento [o dos escravos] e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo pelo ato criminoso [*frase agora omitida por Gorender*]. O primeiro ato humano do escravo é o *crime*.

Porém, apesar de não desenvolver este ponto final em sua crítica à *Escravidão reabilitada*, a conclusão de sua resenha não é menos provocadora. Com a expressão “*lógica do expurgo*”, que Chalhoub relaciona a quem utiliza termos como “*reacionarismo*” e “*reabilitação*” (utilizados por Gorender), temos a relação indicada deste com o estalinismo, o que nos sugere que críticas intelectuais (ao menos esta, em específico) muitas vezes transcendem o campo científico e comportam fortes cargas políticas.

Jacob Gorender afirma, em sua réplica à crítica de Sidney Chalhoub (a qual possui o irônico título de “*Como era bom ser escravo no Brasil*” - também presente no *Caderno Letras* do mesmo jornal, publicada no dia 15 de dezembro de 1990), que o seu estudo em “*O escravismo colonial*” é sobre “[...] *a contradição inerente ao escravo entre ser coisa e ser pessoa.*” Tal contradição, escreve Gorender, é resultado do tratamento social (através do que chama de “*Direito dos regimes escravistas nas Américas*”) dispensado aos negros cativos, tornados mercadorias passíveis de venda, aluguel, empréstimo, transmissão de propriedade etc. no sistema escravista, porém ainda

seres humanos dotados de subjetividade. Eis a novidade na tese de Jacob Gorender: a diferença fundamental entre coisificação social e coisificação subjetiva.

O autor da réplica retoma a sua ácida linguagem com relação a Chalhoub, chamando este de “*cuspidor*”, para reforçar que ele havia escamoteado um trecho de sua obra, o qual constituiria “[...] *a súmula da argumentação* [de Jacob Gorender]”. Qual era esta súmula? Que a condição de “*coisa possuída*” era transcendida pelos escravos ao relacionar-se com outras pessoas, especialmente pelo crime, sendo este o seu “[...] *primeiro ato humano*”. E por que o primeiro ato humano do escravo era o crime? Porque a legislação escravocrata, que Gorender afirmava, no início de sua réplica, coisificar socialmente os escravos, qualificava estes “[...] *como pessoas ao lhes atribuir responsabilidade penal*”. Sua subjetividade humana era reconhecida, socialmente, quando cometia um crime. É assim que Gorender exemplifica a já referida “*contradição inerente ao escravo*”, e é assim que se defende da acusação de ter falseado citações de sua própria obra – como vimos anteriormente, Chalhoub acusa Gorender de entrar em contradição em duas obras suas, o que seria mascarado pelo recurso da “*ventriloquia*”. Temos aqui também um lembrete do militante comunista que cabe ressaltar, dado sua importância no debate sobre a agência escrava, em especial se lembrarmos os resultados obtidos nos estudos da Escola Sociológica da USP: “*E esclareço que jamais aceitei a coisificação subjetiva do escravo como fato geral.*”

O conceito que causa impacto, ao menos neste momento do debate (o mais violento), é o de *coisificação*, como o próprio Gorender explicitará aqui:

Em 1975, não tinha em vista teses então inimagináveis e inacreditáveis. Para correntes historiográficas fortalecidas então nas universidades de São Paulo e de outros Estados do país, coisificação se tornou palavrão comumente grafado entre aspas pejorativas. Joga-se no mesmo balaio a coisificação subjetiva do escravo – caso-limite, conforme escrevi – e a coisificação social, imposta a todos os escravizados.

Os autores em contenda com Gorender, de acordo com o mesmo, além de condenarem o uso do termo *coisificação* (o qual seria mal-entendido por aqueles em sua crítica), aproximam-se da famosa interpretação de Gilberto Freyre, presente em “*Casa Grande & Senzala*”. São “*neopatriarcalistas*”! Afirmam existir algo como “*castigo justo*” (referência clara a “*Campos da violência*”, tese em que dois dos capítulos têm nome bastante semelhante a este termo), bem como proteção legal do Estado, através de “*leis equitativas*”, configurando assim um quadro em que a **negociação** (outra

expressão nada gratuita, dado ser título de importante livro sobre a escravidão brasileira, de João José Reis e Eduardo Silva) é constante na relação social.

Interessante é pensarmos a comparação feita por Jacob Gorender do quadro que (em sua interpretação) a historiografia recente da escravidão pinta do passado brasileiro com os eventos políticos próximos à época de escrita dos artigos (e a idealização criada por seus atores):

Tão pacífica que o processo da abolição teria sido conduzido de maneira “lenta, gradual e segura” pelos estadistas do Império escravocrata, com relevo para o visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo. Os próprios cativos teriam dado seu consenso à política de hegemonia dos escravistas, condensada na célebre fórmula do presidente Geisel com antecipação de um século.

Suas críticas finais recaem sobre as “*tendências acadêmicas*” contemporâneas suas, as quais “*desenharam semelhante perfil histórico mistificador*”, reabilitando assim o escravismo, o que acaba por motivar o título de seu, até então, mais recente livro. Como síntese de suas acusações, citamos:

Na ilha-fantasia das Bermudas, o personagem de “A Tempestade” de Shakespeare se deixou arrebeitar pelo enlevo do “admirável mundo novo”. Hoje, se acreditasse nas teses universitárias da historiografia pretensamente avançada, decerto poderia exclamar: “Admirável mundo velho! Como era bom ser escravo no Brasil!”

Um mês depois, no dia 12 de janeiro de 1991, novo fogo na polêmica: Sílvia Lara publica uma tréplica no mesmo jornal, com um título forte, como o de seu colega Chalhoub: “*Gorender escraviza história*”. Seu objetivo é expor o que classifica como “[...] *algo oculto nessa discussão*”, o elemento político presente na análise histórica dos autores, o motivador de “[...] *tantas linhas a discutir se os escravos eram, afinal, 'coisas' ou sujeitos de sua própria história*”, não explícito para os leitores habituais do veículo informativo, pressupostos desconhecedores do “estado da arte” sobre a produção historiográfica referente à escravidão no Brasil.

Lara aponta ao que nos interessa pesquisar neste trabalho: que o historiador não está ausente de seu tempo e neste caso, de um debate no interior das esquerdas. Seu argumento procede através uma análise dos termos utilizados por Gorender, os quais

tornariam explícito o posicionamento político do autor, deixando manifesto de quais pontos o mesmo parte para o debate.

Nesse texto encontramos a crítica até então mais forte à produção de Gorender (na polêmica que aqui enfocamos). O que antes foi sugerido por Chalhoub é agora explicitado por Sílvia Lara: a presença de vícios estalinistas na produção histórica de Gorender. Quais seriam estes vícios? Para a historiadora, a “[...] *velha crença de que uma boa 'teoria geral' substitui com vantagens o diálogo com as evidências*”. Temos então a presença de um dos principais eixos com que a batalha das ideias se desenvolve: a tensão entre teoria e empiria. Outra importante questão da teoria social contemporânea também se faz presente na argumentação: a relação entre os sujeitos históricos e a estrutura.

Jacob Gorender, no quadro construído por Lara, através do enfoque teórico marxista, especificamente o de “[...] *uma certa tradição [...], para a qual a 'Grande Teoria' obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social*”, e fechado em tal teoria, aponta os erros da historiografia sobre a escravidão e ignora o trabalho empírico com as evidências históricas, a pesquisa nas fontes. Através de tal procedimento, Gorender produz uma interpretação do Brasil escravista como uma estrutura de dominação rígida, sem espaço para a ação dos escravos.

Como resposta à postura que atribui ao autor baiano, Lara apresenta aos leitores um quadro de insurreição intelectual “[...] *contra concepções desta natureza [...]*” surgido em outro contexto: a década de 1960 na Inglaterra. Temos aqui anunciado aquele que constitui a influência central para o novo grupo de historiadores não só do trabalho escravo, mas do trabalho livre também: o já referido Edward Palmer Thompson.

O historiador inglês é tido como exemplo dentro das lutas intelectuais internas do marxismo. Integrante do que se convencionou chamar de grupo dos historiadores marxistas britânicos, Thompson possuía uma trajetória de polêmicas acirradas com outros adeptos do materialismo histórico, dentre os quais destacamos Perry Anderson e Louis Althusser. Suas contendas, tanto com Anderson quanto com Althusser se encontram em um de seus mais populares livros “*The poverty of theory and other essays*”<sup>80</sup>, originalmente publicado em 1978.

---

<sup>80</sup> A edição brasileira desta obra, publicada em 1981 pela editora Zahar, contém apenas o primeiro dos ensaios anunciados (com o título traduzido para “*A miséria da teoria*”), sendo os seus outros ensaios, traduzidos, encontrados em publicações fragmentadas, das quais destacamos a compilação feita por

Como o exemplo de Thompson apareceria na historiografia da escravidão, de acordo com Lara? A autora responde nesta citação:

Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos, têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram “direitos”, transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas de violência e liberdade significa apenas dar voz para esses homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

A contenda fundamental entre Gorender e os outros autores é referente ao peso que a agência escrava possui em seu contexto frente às determinações estruturais do sistema escravista. Em tal ponto é inevitável pensarmos na relação com a chamada tensão entre sujeito e estrutura, debate privilegiado nas ciências humanas e que especialmente a partir do trabalho dos historiadores marxistas britânicos é recolocado na agenda dos historiadores, dentre os quais os referidos investigadores da Unicamp, depois de uma longa tradição de um marxismo ortodoxo mecanicista ligado ao Stalinismo e de uma versão “reabilitadora” teoricista ligada ao pensamento de Althusser, nas quais os sujeitos eram simples produtos das estruturas ou do modo de produção.

Por um lado, este contexto teórico, aqui tão simplificado é o que podemos identificar no trabalho de Gorender com sua ênfase nas determinações do modo de produção:

Os homens seriam iguais às formigas ou às abelhas se houvessem se fixado na forma originária das suas forças produtivas. Não teriam outra história que não fosse a história *natural*, ou seja, a história diretamente determinada pelas condições naturais externas. Do ponto de vista propriamente humano, não teriam história. Sabemos, porém, que os

---

Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro, já citada anteriormente. Cf: MÜLLER, Ricardo G.; MUNHOZ, Sidnei J. Edward Palmer Thompson. IN: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

homens acumulam e transformam suas forças produtivas. A começar por eles próprios como força produtiva dotada de subjetividade e intencionalidade. Possuem, por conseguinte, uma história que é obra do seu ser social e não das condições naturais externas. [...] Da *transformação* das forças produtivas, por sua vez, se gera a *descontinuidade* da história, a substituição de relações de produção já incompatíveis com o caráter adquirido pelas forças produtivas por *novas* relações de produção, a sucessão dos modos de produção e das formações sociais. O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve e base material. As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. Podem conter, no entanto, vários modos de produção, *dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social*. Comumente, os próprios modos de produção não são *puros*, mas encerram categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências dos modos de produção diferentes. O objeto desta obra, estritamente limitado, é o modo de produção escravista colonial. Por conseguinte, somente o fundamento da formação social escravista, *não toda ela*.<sup>81</sup>

Da mesma forma podemos identificar os trabalhos de Sílvia Lara e Sidney Chalhoub na vertente teórica que se volta aos sujeitos e seu protagonismo histórico, o que lhes permitiu, penetrar nas experiências concretas de escravos que, afinal, não eram “coisas” o que é bem expresso nas citações destes pesquisadores da UNICAMP abaixo transcritas:

Escreve Sílvia Lara em *Campos da Violência*:

Mais que definir seu grau de incidência, descrever seus procedimentos, estudar suas ocorrências particulares, ou discutir a qualificação do cativo como “suave” ou “cruel”, procuramos penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática. Ultrapassando a simples descrição dos castigos e a denúncia veemente da violência em termos gerais para perguntarmos pela sua especificidade, mergulhamos nas vivências senhoriais e escravas da escravidão, na dinâmica de seus confrontos cotidianos, nas relações de luta e resistência, acomodamentos e solidariedades vividos e experimentados por aqueles homens e mulheres coloniais<sup>82</sup>.

E Sidney Chalhoub, em *Visões de liberdade*, acrescenta:

<sup>81</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978. pp. 24-25.

<sup>82</sup> LARA, Sílvia H. *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 22.

Este livro foi uma contestação, mais ou menos explícita ao longo dos capítulos, mas sempre presente, daquilo que batizei aqui de “teoria do escravo-coisa”. Tal teoria – tão difundida na produção historiográfica que é quase supérfluo ficar arrolando nomes de autores – defende a idéia que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de representar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. [...] Procurei demonstrar também que a outra face da teoria do escravo-coisa é a ênfase na rebeldia negra. Apesar das diferenças de formulação, a idéia sempre presente aqui é a de que as práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história<sup>83</sup>.

No ano de 1992 a polêmica seguiu suscitando novos resultados, porém fora do âmbito público. A discussão retorna aos muros da academia, especificamente na *Revista de História* do Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), número 1, 1992. Sílvia Lara e Jacob Gorender, em um dossiê sobre o tema da escravidão, publicam um artigo cada, retomando pendências das notas anteriormente presentes nos jornais.

Este momento da discussão, no entanto não será abordado aqui, pois consideramos que os artigos da folha de São Paulo são suficientes para as intenções e limite de extensão deste trabalho.

## 2.5 ALGUNS COMENTARISTAS DO DEBATE

Esta polêmica e o debate historiográfico mais amplo que ela expressa ou suscitou não podem ser considerados pontuais ou apenas um fato jornalístico.

Uma prova disto é que as discussões sobre o trabalho escravo no Brasil estão presentes em uma vasta bibliografia, que a seguir procurei indicar e caracterizar alguns exemplos.

**Márcia Lupion**, em seu artigo “*A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigma da 'transição' e da 'substituição'*”, contrapõe os historiadores Sílvia Lara e Sidney Chalhoub (bem como Robert Slenes) aos intelectuais

---

<sup>83</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 249-250.

ligados à USP (a chamada *Escola Sociológica da USP*), ao estudar as continuidades entre o trabalho do escravo negro com o operariado nascente no início do século XX. Tal artigo ajuda a compreender alguns pressupostos de Lara e Chalhoub, mas não cita a polêmica objeto da pesquisa, nem mesmo os contrapontos com Jacob Gorender (sejam os publicados nos folhetins, sejam os presentes nas suas publicações acadêmicas), focando-se na produção paulista apenas<sup>84</sup>.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, é **Suely de Queiróz** quem, no texto “*Escravidão negra em debate*”<sup>85</sup>, que discorre sobre a polêmica em si – mas não problematiza as influências e intencionalidades nas manifestações de Lara e Gorender, detendo-se apenas em posicionar-se frente ao tema em discussão, no caso de forma contrária às concepções de Sílvia Lara. Destaca-se que o artigo de Queiróz integra um livro destinado a apresentar o “estado da arte” da historiografia brasileira, reunindo reflexões sobre múltiplas temáticas, como historiografia do movimento operário, influência dos *Annales* e problematização do livro didático.

**Leandro Fontella** e **Luís Augusto Farinatti** também produzem um artigo de síntese sobre a historiografia da escravidão brasileira<sup>86</sup>. Os autores caracterizam Gorender como alguém: “[...] vinculado a uma tradição teórico-conceitual e metodológica marxista estruturalista leninista [...]”, um posicionamento que sofrerá oposição do que chamam “*historiografia do escravo real*”, a qual compreende Lara e Chalhoub. Destacamos a lembrança (nem sempre explícita em alguns casos) de Fontella e Farinatti tanto aos centros de pesquisa em que tal historiografia se desenvolve, quanto à uma influência teórica que é presente em tal produção, qual seja, a de Edward Palmer Thompson<sup>87</sup>. Importante também no artigo que citamos é a menção às reações de Jacob Gorender aos seus contrários, bem como a citação a um historiador que segue a mesma interpretação do comunista baiano sobre a historiografia mais recente da escravidão:

<sup>84</sup> LUPION, Marcia. “*A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigmas da “transição” e da “substituição”*”. IN: <http://www.revistatemalivre.com/trabalho11.html>. Acesso em: 29/08/2011.

<sup>85</sup> QUEIROZ, Suely Robles de. *Escravidão negra em debate*. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 103-118.

<sup>86</sup> FONTELLA, Leandro e FARINATTI, Luís Augusto. Acomodação, negação e adaptação: Debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil). IN: *Disc, Scientia* Série Ciências Humanas, Santa Maria. v.9, nº1, 2008. pp. 121-140.

<sup>87</sup> Idem. p. 132.

José Carlos Reis (historiador brasileiro que, é válido salientar, não é especialista em escravidão, dedicando seus estudos à teoria da história e história da historiografia)<sup>88</sup>. Sobre o debate específico de Gorender com a “*historiografia do escravo real*”, os autores do artigo afirmam ocorrer (de maneira implícita) a oposição entre:

[...] duas correntes teórico-conceituais e metodológicas marxistas: a corrente estruturalista, neste debate específico representada por J. Gorender; e a corrente culturalista, baseada nas interpretações de Marx promovidas por E.P. Thompson, as quais filiam-se diversos historiadores da *HER* [historiografia do escravo real].<sup>89</sup>

**Demian Melo**<sup>90</sup>, em uma proposta de discutir a historiografia brasileira atual, classificará a produção de Sílvia Lara (e de outros autores não discutidos diretamente aqui, como Sheila de Castro Faria e João Fragoso) como *revisionista*. Tais autores se legitimariam pela caricatura – nas palavras do citado historiador – dos debates anteriores sobre seu tema (em específico as interpretações de Caio Prado Jr e Fernando Novais, e de seus divergentes, Ciro Cardoso e Jacob Gorender), informados “[...] *pelos ares da crítica pós-moderna*”. A influência pós-moderna, segundo sugere Melo, leva Lara e os outros já citados a desconstruir os paradigmas anteriores, mais calcados em pretensões totalizantes, dotados de uma teoria de caráter estrutural. A proposta dos “*novos historiadores*” (assim citados por ele) é a de uma consistência empírica em seus trabalhos como contraponto a um anterior teoricismo presente na produção historiográfica.

Outros historiadores, estudiosos de temas tão dinâmicos na historiografia nacional quanto a escravidão (populismo, golpe de 1964 e ditadura civil-militar), também são acusados por Melo de “*revisionismo*”, pós-modernismo e coisas piores, mas aqui não cabe comentar.

O resultado geral dos estudos criticados indica a presença da negociação como constante na sociedade, o que, segundo o autor, impossibilita a crise estrutural do sistema em questão e, por consequência, a possibilidade de sua transformação, postura esta que é defendida pelo autor do artigo que discutimos.

---

<sup>88</sup> Idem, p. 133.

<sup>89</sup> Idem, p. 136.

<sup>90</sup> MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira*. IN: XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009, Niterói. Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

**Jurandir Malerba**, em seu “*A História na América Latina*”<sup>91</sup> (obra de síntese sobre tendências historiográficas da região nas últimas cinco décadas), define a obra de Sílvia Lara como um esforço analítico para resgatar a experiência dos escravos enquanto sujeitos históricos, superando assim: “[...] *o entendimento do escravismo como sistema de dominação insuperável no qual os escravos eram vítimas impotentes* [...]”<sup>92</sup>. De acordo com Malerba, Lara – e os outros autores que cita como revisores na ideia de resistência escrava (João José Reis, Sidney Chalhoub etc.) - não negam o sistema de dominação complexo que é o escravismo, porém não percebem no mesmo determinações de qualquer instância (econômica, cultural etc.).

A influência de tais autores sobre a posterior produção historiográfica referente à escravidão foi enorme, configurando um quadro, novamente segundo Malerba, de completa renovação nesta área de estudos.

\*\*\*\*\*

Depois de apresentar alguns autores que se relacionam com o tema da polêmica historiográfica, passaremos a algumas considerações finais sobre este trabalho de conclusão de curso.

---

<sup>91</sup> MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

<sup>92</sup> Idem, pp. 76-77.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E nisso tudo, talvez seja mais conveniente terminar dizendo que a História pode não ser a melhor nem a mais importante entre as ciências humanas e sociais, mas talvez tenha sido, pela sua iniludível vocação de prender-se ao fluxo do passado e às contingências da vida, a mais diretamente capaz de pensar as transformações do país. Porque, afinal, forjada na impermanência, presa aos fluxos da vida social, virada e revirada, inventada e reinventada pelos remoinhos do tempo, a História pode iluminar, como um clarão emancipador, o Brasil do presente – que é onde toda vocação do historiador começa e para onde toda história deve retornar.

(Elias Thomé Saliba, 2002)

É com as palavras finais do prefácio à obra “*Conversas com historiadores brasileiros*” que buscamos encaminhar a conclusão deste trabalho. Acreditamos que o sentido de uma polêmica historiográfica (o que é o nosso objeto central de análise) encontra-se sintetizado na citação acima: através da mudança, os historiadores pensam e repensam o seu passado e, em especial, o seu presente. Posicionamentos se confrontam, tanto na face de referenciais teóricos quanto de orientações de teor político. O objetivo geral, porém, é o mesmo: pensar a transformação, o como o “hoje” foi construído enquanto tal – uma atualidade que, como Saliba salientou acima, institui questionamentos e é ponto de retorno, preocupação chave, tomamos a liberdade de afirmar, do historiador.

\*\*\*\*\*

Nas divergências interpretativas entre Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara podemos perceber alguns traços que devem ser discutidos neste momento.

A contribuição de ambos os historiadores foi fundamental no campo de estudos sobre a escravidão no Brasil. Gorender, na discussão sobre qual modelo melhor se adaptava ao estudo da economia colonial marcou terreno entre os que postulavam a existência de um modo de produção específico da formação social brasileira, juntamente com Ciro Cardoso. Chalhoub e Lara, entre os pesquisadores comprometidos com o estudo das experiências dos “de baixo”, também tiveram importância. Recuperaram a forma com que os escravos agiam perante as adversidades de sua condição, como se adaptavam, resistiam e utilizavam de possibilidades presentes na estrutura em que se

inserir. Nota-se que o desejo de repensar a escravidão não é o que os opõem e sim divergências profundas nesse entendimento fizeram com que ocorressem violentos confrontos entre eles (ao menos nas páginas de livros e jornais, onde tinta é derramada, ao invés do sangue adversário). Por que isto aconteceu?

Vivia-se um momento de mudanças no conhecimento histórico (as quais, destacamos, não são filhas das décadas de 1970 e 1980, mas sim fruto de um processo) e na política nacional.

A historiografia baseada nos pressupostos do paradigma científico moderno encontrava-se em xeque, questionada por uma série de novas teorias que punham em causa a própria possibilidade de alguma representação objetiva do passado. Por outro lado, fora do escopo do irracionalismo, também surgem sopros de renovação no pensamento histórico.

Na Itália, pesquisadores ligados à *Einaudi* buscam entender o funcionamento da totalidade social através de um novo foco, realizando as suas investigações através do olhar no micro.

Na Inglaterra, um grupo de historiadores ligados ao Partido Comunista (os quais depois, em sua maioria, desligam-se deste) também sugerem novas direções para a História que se pesquisava e escrevia naquele país. De uma produção interessada nos “do alto”, parte-se para uma revisão em que os subalternos são os sujeitos históricos. É no estudo de suas experiências concretas que o seu protagonismo surge, uma marca que faz com que os marxistas britânicos exerçam grande influência na historiografia.

Tais modificações não aconteceram sozinhas, “por si”, pois são filhas de novas perguntas, as quais são formuladas pelo historiador. Seus questionamentos obedecem ao tempo em que se inserem. Relacionam-se com a estrutura e conjuntura em que aquele vive.

Ao retornarmos ao Brasil, no momento da divergência historiográfica que analisamos, percebe-se um quadro de intensas modificações políticas. De um regime autoritário que marcava suas duas décadas de duração, surge uma situação em que os trabalhadores mostram sua possibilidade de protagonismo histórico nas grandes greves no ABC paulista, diferentes movimentos sociais ganham visibilidade na luta por suas causas.

Novos tempos exigiam novas respostas! A análise do passado brasileiro, feita na década de 1980, se modifica. Está relacionada com as demandas de sua época, é fruto do questionamento dos historiadores, os quais se inserem na sua sociedade. Na

historiografia brasileira dedicada às relações de trabalho são grandes as modificações. O foco passa a ser detido nas ações dos explorados, em como estes sujeitos fazem a sua história, atuam na sociedade, buscam construir melhorias para si. Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara estão presentes em tal processo de mudança, respondendo de maneiras diferentes a tal prerrogativa.

Através da polêmica que travam no jornal, ponto máximo em que suas críticas mútuas chegam, antes restritas às páginas de seus livros e aos anais dos simpósios acadêmicos, podemos estudar a relação entre a construção do conhecimento histórico, a mediação do historiador que lhe dá vida, e todas as condicionantes que influem neste. Neste estudo de caso ficam evidenciadas as demandas sociais que orientam as problemáticas históricas: Gorender, buscando lutar com o governo ditatorial brasileiro (e a estrutura capitalista que lhe sustenta) de forma mais eficaz que seus anteriores companheiros de batalha socialistas, empreende a releitura do passado de seu país. Para saber como agir politicamente, o militante antes deve possuir conhecimento da História, saber como o que deve ser transformado se constituiu enquanto tal. Através de um enfoque estrutural, o autor busca desvendar as leis que regem o modo de produção específico da formação social do Brasil, para além dos ditos esquematismos anteriores, resultado de uma produção intelectual relacionada à militância comunista com inspiração em Stálin e nos modelos teóricos que concebiam a realidade subjugada à linearidade dos modos de produção europeus.

Chalhoub e Lara respondem as demandas de sua época e instituição de forma diferente. Na História que escrevem a perspectiva não é postular quais as leis regem determinado modo de produção, ou qual o sentido da colônia brasileira, porém recuperar o protagonismo histórico dos “de baixo”, suas experiências e apropriações, seu modo de agir socialmente. Não é sem razão que este novo modo de pensar o conhecimento histórico, que, como ressaltamos, já estava surtindo efeitos em seu país de origem, repercute nos estudos dos historiadores brasileiros. Há uma mudança de paradigmas, de uma atenção nas estruturas e suas leis passa-se às pesquisas das relações sociais dos trabalhadores, em contextos espaciais e temporais definidos, recortados. Como já escrito anteriormente, no Brasil os trabalhadores mostram o seu “fazer-se”. É surgido um novo sindicalismo, greves chamam a atenção (em uma sociedade em que as televisões ampliam o alcance da informação), novos partidos entram na arena da disputa política. Tal condição histórica no presente sugere uma reconsideração sobre os personagens históricos estudados. A historiografia representada pelos dois autores aqui

citados encontra foco e abrigo em algumas universidades, em que cada vez mais pesquisas com determinadas características (recorte temporal e espacial claro, necessidade e explicitação do uso de fontes, diálogo com referenciais teóricos etc.) surgem e adquirem espaço, através do processo de expansão e consolidação dos programas de pós-graduação.

Quem (ou se alguém) estava certo na disputa historiográfica ou quem melhor se aproximou da verdade sobre o processo passado é algo que não nos propomos responder aqui. O que buscamos contribuir, com este estudo, é em elucidar sobre as relações entre a historiografia (e os historiadores que a constroem, cabe ressaltar) e a sociedade em que se insere. O fato de tal divergência ter alcançado espaço em um periódico de grande circulação nos chamou a atenção para a importância que ela adquiriu em seu tempo. Polêmica importante sobre um tema central tanto na História quanto na historiografia brasileira, julgamos que nela podem ser percebidos traços desta relação concreta, mas nem sempre explícita, entre o objeto de pesquisa e o historiador, mediada pelo contexto sócio-político e cultural e pelas teorias interpretativas que lhe servem de referência.

\*\*\*\*\*

Este trabalho começou a ser pensado, de forma bastante preliminar, no primeiro semestre do ano de 2010. Muito se modificou do que foi previsto no projeto de pesquisa, para este resultado final. “*Um bom trabalho de pesquisa histórica é aquele em que há uma modificação dos resultados que o autor espera e seu produto final*”, foi o que afirmou a historiadora italiana Sabina Loriga, em conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em outubro de 2011.

Estas últimas páginas são escritas em novembro de 2011, portanto, um mês depois da referida fala ilustre. Constatamos a validade do que Sabina Loriga disse: respostas que imaginávamos se modificaram com o desenrolar do trabalho, e nossa própria percepção sobre o ofício do historiador também mudou neste exercício de pesquisa.

O tema escolhido, o *corpus* documental e as questões que o historiador se propõe, como afirmamos muitas vezes em nosso texto, não são nada inocentes. Pode ser por causas pessoais ou psicológicas, ou por demandas sociais ou políticas, há algo a mais do que a mera curiosidade intelectual (a qual, é claro, também se faz presente e não em pequeno grau) norteando a pesquisa histórica. Durante o período de redação do

projeto de pesquisa, e, principalmente, no trabalho empírico e de redação deste texto, não foi possível (nem mesmo desejado) calar nossa reflexão sobre o *por que* tal tema, documentos e questões.

Vivemos hoje um período de crises e incertezas quanto ao conhecimento histórico. Reduzido à sua mera dimensão narrativa, são excluídos deste os referenciais extralinguísticos que lhe legitimam e dão base. Tido como apenas um entre tantos outros discursos, este proclamado *gênero literário* que tornou-se a História perde a sua função explicativa, caindo no limbo de mais uma forma de divertir e encantar os homens. Sem dúvidas nos divertimos e encantamos com a História, porém acreditamos que ela é maior que isto!

O período em que este trabalho de conclusão foi escrito também testemunhou algo a mais do que este quadro teórico que não é novo e não acabará tão cedo. Em variados lugares do planeta, de uma praça no Egito, passando pelas ruas gregas até a opulenta Wall Street, pessoas insurgiram-se em busca de *fazerem a sua própria História*. Pensamos que a famosa frase de Francis Fukuyama, proclamada no início da década de 1990, está errada: não aconteceu o fim da História.

Frente este duplo quadro que expomos, de uma crise narrativesca no conhecimento histórico e de movimentação popular como há muito não vista, que resolvemos pensar os motivos deste trabalho e sua importância, consciente de suas limitações, em seu contexto. Estudamos aqui uma polêmica entre três autores: Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara. O que percebemos de união entre os três – por mais que sejam discordantes – é a tentativa de compreender, no passado brasileiro, as mazelas de seu presente. Nosso intento aqui foi o mesmo. Através das obras que, por meio de referenciais teóricos, pesquisa sólida e articulação abrangente, tentaram escrever e reescrever aspectos da experiência histórica brasileira como forma de atuar sobre o presente, foi que tivemos a intenção de entender um pouco das mudanças em nossa historiografia. E o resultado que alcançamos o leitor pode avaliar neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Sobre as modificações na historiografia brasileira (para o contexto da polêmica analisada) já tratamos. Fica o caminho aberto para a pesquisa (e, em especial, a reflexão): quais as modificações que ocorreram no conhecimento histórico produzido no Brasil, do início da década de 1990 para cá? A resposta para tal questão fica para outro momento, por ora apenas fica a sugestão (e caminho de pesquisa) que se produza uma História consciente das demandas de seu tempo e da subjetividade do historiador que

lhe constrói, bem como uma História que busque atuar sobre o presente, que através do estudo do passado construa uma maneira de pensar e atuar perante uma situação problemática, para além de meros joguetes retóricos deslocados do concreto. Esta foi a intenção de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara. Esta foi a nossa intenção.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Consultadas

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, 24/11/1990, Caderno Letras, p. H-7.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*, 15/12/1990, Caderno Letras.

\_\_\_\_\_. A escravidão reabilitada. *LPH – Revista de História*. v.3, n.1, p. 245-,1992.

LARA, Sílvia H. *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. “Gorender escraviza história”. *Folha de São Paulo*, 12/01/1991, Caderno Letras.

\_\_\_\_\_. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. *LPH – Revista de História*. v.3, n.1, 1992. pp. 215-244.

## Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio Henrique. Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CARR, Edward H. *O que é história?*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

CHALHOUB, Sidney. *História, literatura e legados historiográficos: Entrevista com Sidney Chalhoub*. [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum20\\_ent01\\_chalhoub.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum20_ent01_chalhoub.pdf). Acesso em: 16/11/2011, às 02:47.

COSTA, Emília Viotti da. Experiência *versus* estruturas Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? *História Unisinos*. Número especial julho/dezembro 2001, pp. 17-51.

ESCOBAR, Carlos. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FALCON, Francisco. Apresentação. IN: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora da FGV, 1998.

FERRARI, Andrés; FONSECA, Pedro Cezar. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 32, n.1, jun. 2011.

FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989) elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

\_\_\_\_\_. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FONTELLA, Leandro e FARINATTI, Luís Augusto. Acomodação, negação e adaptação: Debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil). *Disc, Scientia Série Ciências Humanas, Santa Maria*. v.9, nº1, 2008. pp. 121-140.

GORENDER, Jacob. Uma vida de teoria e práxis (uma entrevista com Jacob Gorender). *Revista Arrabalde*. Ano I, nº 2, set./dez. 1988.

HOBSBAWM, Eric. Comentário de Eric Hobsbawm. *História Sócial*. Campinas: PPG em História da UNICAMP (4/5): 75-76; 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. São Paulo (16): 25-38, fev. 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 525-541.

LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

LUPION, Marcia. “A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigmas da “transição” e da “substituição”. IN:

<http://www.revistatemalivre.com/trabalho11.html>. Acesso em: 29/08/2011.

MAESTRI, Mario. *O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Goreneder*. IN: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35maestri.htm>. Acesso em: 29/08/2011.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira*. XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009, Niterói. Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

MENDES, José Amado. Produtor e produção histórica: a inevitável cumplicidade. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n.1, p. 259-274, junho 1999.

MORAES, Jose Geraldo Vinci de & REGO, José Maurício (org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

PÉCOUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. IN: *Caderno de Estudo Programa de Pós-Graduação em História UFRGS*. Porto Alegre, nº 03, 1996.

PEREYRA, Carlos e outros. *História, para que?* México: Siglo XXI, 1982.

PROST, Antoine. As questões do historiador. IN: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUEIROZ, Suely R. Escravidão negra em debate. IN: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 103-118.

REIS FILHO, Daniel Aarão e outros. *Versões e ficções: o sequestro da História*. S.Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp 39-62.

STEIN, Ernildo. *História e ideologia*. Porto Alegre: Movimento, 1981.

TORRES, Juliana Dela. A gravura como recurso visual na imprensa comunista brasileira (1945/1957). *III Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, 2006.

THOMPSON, Edward. *La miseria de la teoria*. Barcelona:, Grijalbo, 1981.

ZAIDAN FILHO. Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papyrus, 1989.

## ANEXO A

## JACOB GORENDER PÕE ETIQUETAS NOS HISTORIADORES

**SIDNEY CHALHOUB**

Especial para a Folha

A **ESCRAVIDÃO REABILITADA**, de Jacob Goren-  
der. Editora Ática e Secretaria da Cultura do  
Estado (rua Barão de Jaguaribe, 110, CEP 01507,  
Fone: 011-2789322). 272 páginas Cr\$ 1.860,00.  
Tiragem de 2 mil exemplares



Este livro de Jacob Goren-  
der faz lembrar a história de Si-  
mão Bacamarte, o médico  
alienista que, com suas expe-  
riências científicas, lançou o  
terror entre os habitantes da vila  
de Itaguaí. No conto de Machado  
de Assis, Bacamarte quer estudar  
profundamente a loucura, deter-  
minar-lhe os diversos graus, clas-  
sificar-lhe os casos etc., num  
procedimento taxonômico bastan-  
te característico da ciência positi-  
vista do século 19. Em "A Es-  
cravidão Reabilitada" (sic), a  
monomania classificatória se  
ocupa dos historiadores que se  
atreveram a escrever sobre a  
história da escravidão e da aboli-  
ção no Brasil em anos recentes  
—especialmente depois de 1978,  
ano em que Goren-der fez saber  
ao mundo que havia descoberto  
as leis eternas e imutáveis que  
regiam o funcionamento do modo  
de produção escravista colonial.  
Em Itaguaí, Simão Bacamarte  
descobriu loucos por toda parte, e  
trancafiou-os na Casa Verde, o  
hospício da cidade: lá estavam os  
loucos mansos, os furiosos, os  
ciumentos, os megalomaníacos,  
os alucinados e assim por diante.  
O diagnóstico de Jacob Goren-  
der não é menos abrangente e aterra-  
dor; entre os historiadores brasi-  
leiros que estudam a escravidão,  
os "reacionários" são a grande  
maioria. E há para todos os  
gostos: reacionários subjetivistas,  
autonomistas, cliométricos, sofis-  
ticos, culturalistas, legalistas,  
africanistas, greco-baianos, etni-  
cistas, delirantes, revisionistas,  
populistas, patrioteiros, naciona-  
listas, grosseiros... Dir-se-ia que  
o autor é um homem preocupado  
com etiquetas.

Em "A Escravidão Reabili-  
da" (sic), Goren-der está muito  
empenhado em explicar a seus  
leitores aquilo que ele realmente  
acha, e achou desde sempre, so-  
bre este ou aquele aspecto da  
história da escravidão. Nunca  
chegamos a saber exatamente o  
porquê de esta ser uma questão  
de importância tão transcenden-  
tal, mas nosso autor parece pen-  
sar que ele tem sido vítima de um  
complô urdido nas hostes revisio-  
nistas. Os loucos autonomistas  
—historiadores caracterizados por  
grande ferocidade; isto é, que  
deixam Goren-der muito furioso—  
andaram distorcendo suas idéias a  
respeito dos escravos atores his-  
tóricos. Não é verdade que o  
autor seja um dos defensores da  
teoria do escravo-coisa —uma  
representação acadêmica segundo  
a qual os escravos só conseguiam  
pensar o mundo, e atuar sobre  
ele, a partir dos significados soci-  
ais impostos pelos senhores. Ao  
contrário, Goren-der sempre pug-  
nou pelo reconhecimento do es-  
cravo enquanto agente subjetivo,  
mesmo que essa subjetividade se  
expressasse no enquadramento  
bastante preciso da vigência das  
leis de funcionamento do modo  
de produção escravista colonial.  
Ele nos explica, por exemplo,  
que "o custo de vigilância se  
convertia em limite imposto pelos  
escravos à rentabilidade do modo  
de produção escravista colonial,  
nisto se manifestando sua in-  
fluência como atores históricos  
efetivos. (...) Aí estava, no cerne  
do processo cotidiano de traba-  
lho, a subjetividade do escravo  
em ação". (pág. 36) Em outras  
palavras, Goren-der está dizendo o  
seguinte: primeiro, os trabalhado-  
res tinham suas práticas cotidia-  
nas de resistência durante a es-  
cravidão; segundo, tais práticas  
de resistência obrigavam os se-  
nhores a gastar dinheiro com o  
pagamento de feitores, a compra  
de objetos de tortura etc.; tercei-  
ro, dadas as duas proposições  
anteriores, é dado o pressuposto  
econômico de origem filosófica  
na imprecisão do senso comum  
segundo o qual determinado custo  
impõe certo limite à rentabilidade

de um investimento, conclui-se  
que os escravos eram sujeitos de  
sua história porque suas ações  
cotidianas impunham aos senho-  
res "custos de vigilância". Por  
um lado, é pouco provável que tal  
descoberta científica faça abalar  
profundamente os pilares dos edi-  
fícios universitários; por outro  
lado, é curioso notar como, mais  
de cem anos depois, um historia-  
dor ainda se possa deixar seduzir  
tão completamente pela lógica  
dos escravocratas.

Simão Bacamarte tinha sua ro-  
tina de procedimentos científicos:  
recolhia os loucos à Casa Verde,  
pesquisava minuciosamente seus  
comportamentos, submetia os  
pressupostos teóricos aos testes  
da observação empírica e, quando  
necessário, revia os pressupostos  
e se punha a trabalhar com novas  
teorias. Jacob Goren-der nunca fez  
uma pesquisa histórica prolonga-  
da nos arquivos da escravidão  
brasileira —limitou-se, até hoje, a  
ler alguns documentos impressos  
e livros de viajantes—, e então  
fundamenta seus procedimentos  
de crítica historiográfica no tru-  
que e na pilhagem. A ventriloquia  
está no centro do método crítico  
de Goren-der: trata-se da arte de  
fingir que é um outro sujeito  
quem fala, quando na realidade é  
ele mesmo quem está falando. O  
método permite que o autor re-  
constitua os argumentos dos ou-  
tros a seu bel-prazer. Goren-der é  
tão perfeito na arte que consegue  
até ser o outro dele mesmo; isto  
é, ele consegue fingir que nunca  
disse aquilo que disse, e isto  
porque em certos momentos de  
"A Escravidão Reabilitada" (sic)  
não lhe interessa reconhecer aqui-  
lo que realmente dissera em ou-  
tras ocasiões.

Como tudo isto é muito astuci-  
oso, vou exemplificar. Em "O  
Escravidão Colonial", livro em  
que foram expostas pela primeira  
vez as leis de funcionamento do  
modo de produção escravista co-  
lonial, Goren-der escreveu que "o  
primeiro ato humano do escravo  
é o crime" (pág. 65, da edição  
de 1978). Um monomaníaco au-  
tonomista dos mais furiosos ob-  
servou que a idéia de que o

escravo só se afirmava como pessoa ao praticar crimes aproximava Gorender dos defensores da teoria do escravo-coisa. Em "A Escravidão Reabilitada" (sic), o cientista retruca que o monomaníaco deturpara grosseiramente o seu texto. O que Gorender realmente afirmou é que a legislação escravocrata só reconhecia no escravo a qualidade de pessoa quando este cometia um crime, o que, de resto, é fato bem sabido por qualquer estudante de graduação em história. O problema é que o outro Gorender, o de 1978, não afirmou apenas essa obviedade. Ao lembrar agora o que escrevera naquela ocasião, o cientista parece ter "esquecido" uma parte da citação. Observem a passagem: "Seu comportamento [o dos escravos] e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso [frase agora omitida por Gorender]. O primeiro ato humano do escravo é o crime". Salvo o caso possível —mas improvável— de que a passagem esteja tão mal redigida a ponto de trair as intenções reais do autor, tal trecho pode ser compreendido por qualquer monomaníaco alfabetizado: os escravos só mostravam ter consciência de sua condição de pessoa ao praticarem crimes. É só na frase seguinte que o cientista acrescenta a observação sobre a posição dos cativos na legislação criminal. Em suma, Gorender (1990) parece ter aplicado o truque da ventriloquia em Gorender (1978).

Reservo para outra oportunidade alguns comentários sobre o método da pilhagem, que consiste na prática gorenalista de pinçar documentos isolados de seu contexto para "comprovar" as leis do modo de produção etc. O que resta registrar aqui é que quem fala em reacionarismo e reabilitação geralmente pensa segundo a lógica do expurgo. É uma história velha e conhecida, e seu desfecho nunca apresenta a lucidez de um conto machadiano. Depois de muito pesquisar as monomanias dos outros, Simão Bacamarte concluiu que era ele o louco, e foi se tratar na Casa Verde.

SIDNEY CHALHOUB é professor de história na Unicamp

É a esta altura que se forma o abolicionismo ativamente militante e se expande a sua hegemonia sobre setores consideráveis de homens livres. Ao mesmo tempo, afirma sua hegemonia sobre os próprios escravos.

A evolução da consciência de classe dos escravos, traduzida no aumento do número de ações coletivas, não podia alcançar a formulação abrangente de uma proposta de transformação revolucionária da sociedade existente. Os escravos queriam a liberdade e decidir por si mesmos do seu destino. O que significava, para a grande maioria deles, o abandono dos senhores sob cujo domínio sofreram as humilhações da escravidão. Demais disso, os escravos não dispunham de condições estruturais para formular um projeto nacional e ultrapassar o âmbito local ou regional, na ação prática. Já o movimento abolicionista dos homens livres traçou um projeto de transformação nacional (...) Por isso mesmo, nada tem de surpreendente que a hegemonia coubesse ao abolicionismo dos homens livres, aceita pelo consenso dos escravos. Ao mesmo tempo, vindas de baixo, as ações dos escravos empurraram o movimento abolicionista e constituíram o fator principal da sua radicalização revolucionária.

Extraído de "A Escravidão Reabilitada"

FOLHA DE SÃO PAULO  
24-11-1990

## Quem é Gorender

Da Redação

O jornalista, ensaísta e historiador Jacob Gorender escreveu "A Burguesia Brasileira", "O Combate nas Trevas" —uma história da esquerda armada a partir de 1964— e "O Escravismo Colonial" —a obra que formula o conceito de "modo de produção escravista colonial". Trabalhou como editor da coleção "Os Economistas", da Abril. Gorender foi membro do Comitê Central do PCB até 1967, quando fundou o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

## ANEXO B

## COMO ERA BOM SER ESCRAVO NO BRASIL

JACOB GORENDER

Especial para a Folha

Existem indivíduos que cospem para cima. Um deles é Sidney Chalhoub. Não me deterei nas suas baixarias, uma vez que não me atingem. Sujaram a cara do leitor, vamos ao que tem significação no meu livro "A Escravidão Reabilitada", recentemente lançado.

15 anos atrás, em "O Escravismo Colonial", estudei a contradição inerente ao escravo entre ser coisa e ser pessoa. Para o Direito dos regimes escravistas nas Américas, o escravo era mercadoria e mercadoria é coisa. Podia ser objeto de todas as variantes das operações mercantis: compra, venda, aluguel, sequestro, empréstimo, depósito, fiança, transmissão de propriedade por herança etc. Mas, se a sociedade fazia dele mercadoria-coisa, isso eliminava do escravo a subjetividade própria do ser humano? Perderia ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao ser coisificado? É com esta pergunta que início a seção "Coisa e Pessoa" do capítulo 2 de "O Escravismo Colonial". E ali respondo: "(...) a contradição inerente ao escravo, entre ser coisa e ser homem, não se manifestou e desenvolveu primordialmente na cultura, nas ideologias. Primordialmente, a contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos, enquanto indivíduos concretos, porque, se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último de pessoa humana. Antes que os costumes, a moral, o direito e a filosofia reconhecessem a contradição e se preocupassem com resolvê-la de modo positivo, em favor da legitimação da instituição servil, conciliando os termos coisa e pessoa, antes disso os próprios escravos exteriorizaram sua condição antagônica, na medida em que reagiram ao tratamento de coisas." (ed. Ática, 5ª edição, pág. 49).

O cuspidor escamoteou essa afirmação de abertura da seção e que constitui a sùmula da argumentação. Eu não precisava repeti-la quando, duas páginas adiante, escrevi que o escravo transcendia a condição de coisa possuída, no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral, antes de tudo, pelo ato criminoso, sendo o primeiro ato humano do escravo o crime (em grifo no texto original).

Aquela altura, tinha em vista o fato de que a legislação escravocrata se viu obrigada a qualificar os escravos como pessoas ao lhes atribuir responsabilidade penal. Um boi que matava um homem não se sentava no banco dos réus. Mas o escravo — visto como besta semovente, igual ao boi, no processo de trabalho — era levado a julgamento, quando cometia crimes. Reconhecia-se nele uma responsabilidade subjetiva própria somente de seres humanos.

Dito isso, considero definitivamente liquidada a inérita acusação de haver falseado citações de minha obra. (Nunca me apontaram deturpações de obras alheias ou de documentos históricos). E se esclarece que jamais aceitei a coisificação subjetiva do escravo como fato geral.

Em 1975, não tinha em vista teses então inimagináveis e inacreditáveis. Para correntes historiográficas fortalecidas nas universidades de São Paulo e de

outros Estados do país, coisificação se tornou palavão comumente grafado entre aspas pejorativas. Joga-se no mesmo balaio a coisificação subjetiva do escravo — caso-limite, conforme escrevi — e a coisificação social, imposta a todos os escravizados.

Em contraposição, pinta-se um quadro da escravidão brasileira diante do qual empalidecem as cores do patriarcalismo de Gilberto Freyre. Não só porque a violência coatora aparece minimizada e até aceita pelos escravos

como "castigo justo", igual ao aplicado às crianças. Mas, principalmente, porque o cativo, além de desfrutar do paternalismo do senhor, estava protegido por leis equitativas, que os juízes supostamente cumpriam ao pé-da-letra. Leis que permitiam ao cativo "negociar" com o senhor e se acomodar à condição servil em termos satisfatórios para ambos, configurando uma situação de coexistência pacífica.

Tão pacífica que o processo da abolição teria sido conduzido de maneira "lenta, gradual e segura" pelos estadistas do Império escravocrata, com relevo para o visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo. Os próprios cativos teriam dado seu consenso à política de hegemonia dos escravistas, condensada na célebre fórmula do presidente Geisel com antecipação de um século.

Não foi por outra razão que, ao estudar as tendências acadêmicas que desenharam semelhante perfil histórico mistificador, dei ao meu recente livro o título de "A Escravidão Reabilitada". Compõem este perfil outros traços característicos imaginários, aos quais, aqui, faço apenas referência: o trabalho regrado, os incentivos à produtividade e à poupança em benefício do escravo (tornado equivalente ao camponês ou ao assalariado), a frequência de famílias estáveis, a ausência de preconceito racista, a alforria razoavelmente acessível.

Na ilha-fantasia das Bermudas, o personagem de "A Tempestade" de Shakespeare se deixou arrebrantar pelo enlevo do "admirável mundo novo". Hoje, se acreditasse nas teses universitárias da historiografia pretensamente avançada, decerto poderia exclamar: "Admirável mundo velho! Como era bom ser escravo no Brasil!"

JACOB GORENDER é historiador, membro da Anpuh e Adhilac.

FOLHA DE SÃO PAULO

15-12-1990

## ANEXO C

## RÉPLICAS &amp; TRÉPLICAS

## Gorender escraviza história

SILVIA H. LARA  
Especial para a Folha

Ao ler os artigos de Sidney Chalhoub e Jacob Gorender (Letras de 24/11/90 e 15/12/90) fiquei me perguntando se um leitor afastado dos atuais debates sobre a escravidão no Brasil perceberia por que dois estudiosos passam tantas linhas a discutir se os escravos eram, afinal, "coisas" ou sujeitos de sua própria história?

No trabalho de Gorender, deixando de lado questões técnicas, o que interessa evidenciar aqui é que há algo oculto nessa discussão, que diz respeito à política. Não um debate entre direita e esquerda, como Gorender quer fazer crer ao longo de "A Escravidão Reabilitada". Mas um debate no interior das esquerdas. O próprio título do livro de Gorender é significativo: reabilitação é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de "reabilitarem" a escravidão, ele nada mais faz que "renegar" a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos.

De início, isso significa recusar os anátemas, que só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da "linha justa" é inabalável. O que não é próprio de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria" obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social. É bem verdade que Gorender, em "O Escravidão Colonial" fez algumas críticas a esta tradição —mas até que ponto? Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas. Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica basando-se na velha crença de que uma boa "teoria geral" substitui com vantagens o diálogo com as evidências.

Foi justamente contra as concepções desta natureza que Thompson (acusado por Gorender do pecado de "frouxidão estrutural") e vários historiadores marxistas britânicos do PC inglês se insurgiram nos anos 60 logo após o 20º Congresso do PCUS.

Isto significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais —possuidores da "boa teoria"— detêm o poder de juízes. Sidney Chalhoub, eu e tantos outros abrimos mão dessa arrogância. Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos, têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos —diferentes daqueles de seus senhores— e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram "direitos", transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas de violência e liberdade significa apenas dar voz para esses homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

Podemos aprender com eles que liberdade não significa vender sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: a luta pela liberdade empreendida por eles pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantistas e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária?

Por outro lado, muitos ex-escravos eram monarquistas nos primeiros anos da República e isso não os transforma em "reacionários", "neopatriarcalistas" ou "antimarxistas".

A história é bem mais contraditória do que supõe a vã teoria. Vivemos em um país no qual milhões de pessoas passam fome e, no entanto, foram os "descamisados" que elegeram um presidente capaz de gerar mais fome e miséria. Talvez a fé de grande parte das esquerdas em posturas tão surdas às vozes da experiência social tenham contribuído para que isso acontecesse. Junto com o velho muro, a "Grande Teoria" foi também demolida —mas não a perspectiva de "transformar o mundo", como propunha nosso velho sábio do século 19. É isto que faz com que muitas vezes Gorender e nós possamos assinar os mesmos manifestos ou votar nos mesmos candidatos. Apesar disso, não gostaria de concluir como na conhecida piada sobre o stalinismo: "Camarada, vou fazer sua autocrítica". Na história e na política aprendemos, há algum tempo, a respeitar as diferenças.

SILVIA HUNOLD LARA, 35, é professora do Depto. de História da Unicamp e autora de "Campos da Violência" (Paz e Terra, 1988).

FOLHA DE SÃO PAULO

12-01-1991